

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016 (Reapresentado)
CIRCULANTE	55.714	34.724	3.872.617	3.765.539
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	25.048	17.986	564.594	917.464
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	-	-	1.399.563	1.270.105
Estoques (Nota 8)	-	-	9.732	10.006
Tributos a Recuperar (Nota 15)	2.055	2.813	75.831	121.761
Dividendos a Receber (Nota 12)	28.592	13.930	9.045	7.959
Ativo Financeiro (Nota 13)	-	-	30.277	28.242
Outros (Nota 12)	19	(5)	1.783.575	1.410.002
NÃO CIRCULANTE	1.811.950	2.052.001	5.187.635	4.863.176
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 10)	137.478	137.478	137.478	137.478
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	-	-	35.380	31.497
Partes Relacionadas (Nota 16)	6.134	5.984	6.622	6.472
Tributos Diferidos (Nota 20)	-	-	641.806	514.870
Tributos a Recuperar (Nota 15)	-	-	19.440	17.985
Depósitos Judiciais (Nota 26)	17.623	17.257	161.430	124.336
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão (Nota 14)	-	-	397.355	346.620
Ativo Financeiro (Nota 13)	-	-	241.886	233.574
Outros (Nota 12)	-	-	3.524	5.317
INVESTIMENTOS (Nota 17)	1.644.222	1.884.281	216.481	227.554
IMOBILIZADO (Nota 18)	41	46	151.672	158.495
INTANGÍVEL (Nota 19)	6.452	6.955	3.174.561	3.058.978
TOTAL DO ATIVO	1.867.664	2.086.725	9.060.252	8.628.715

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016 (Reapresentado)
CIRCULANTE	18.927	4.365	4.486.667	3.816.122
Fornecedores (Nota 22)	1.292	1.080	831.582	625.100
Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	88.057	202.996
Debêntures (Nota 24)	-	-	252.333	107.156
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (Nota 25)	1.051	964	200.623	183.326
Tributos a Recolher (Nota 21)	77	377	208.823	158.516
Dividendos Propostos (Nota 29)	16.301	1.736	16.301	1.736
Taxas Regulamentares (Nota 26)	-	-	2.677.615	2.298.120
Partes Relacionadas (Nota 16)	-	-	19.732	17.016
Passivo Atuarial (Nota 28)	-	-	139.305	120.940
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA (Nota 13)	-	-	4.638	51.960
Outros	206	208	47.658	49.256
NÃO CIRCULANTE	6.499	6.517	2.731.347	2.736.750
Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	42.409	130.035
Debêntures (Nota 24)	-	-	99.883	347.604
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (Nota 25)	-	-	41.060	25.600
Tributos Diferidos (Nota 20)	-	-	9.613	7.859
Taxas Regulamentares (Nota 26)	-	-	156.610	155.686
Provisão para Contingências (Nota 27)	6.499	6.517	618.934	598.119
Passivo Atuarial (Nota 28)	-	-	1.738.673	1.371.313
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA (Nota 13)	-	-	21.689	98.059
Outros	-	-	2.476	2.475
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 29)	1.842.238	2.075.843	1.842.238	2.075.843
Capital Social	1.340.000	1.340.000	1.340.000	1.340.000
Reservas de Capital	316	316	316	316
Reservas de Lucros	1.185.873	1.133.602	1.185.873	1.133.602
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(687.109)	(398.075)	(687.109)	(398.075)
Dividendos a Disposição da AGO	3.158	-	3.158	-
TOTAL DO PASSIVO	1.867.664	2.086.725	9.060.252	8.628.715

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita Operacional Líquida – ROL (Nota 31.1)	-	-	7.091.235	6.108.740
Receita das Vendas e Serviços	-	-	6.174.748	6.275.270
Receita de Construção – CPC 17	-	-	441.025	411.828
Receita Parcela A – CVA	-	-	473.134	(586.088)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	-	-	2.328	7.730
Custos de Vendas /Serviços Prestados (Nota 31.2)	-	-	(6.211.679)	(5.584.144)
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	(5.044.881)	(4.502.071)
Custo dos Produtos Vendidos	-	-	(24.700)	(37.463)
Custo dos Serviços Prestados	-	-	(701.073)	(632.782)
Custo de Construção – CPC 17	-	-	(441.025)	(411.828)
Lucro Bruto	-	-	879.556	524.596
Despesas Operacionais	63.674	(12.987)	(574.359)	(430.836)
Vendas (Nota 31.2)	-	-	(250.948)	(210.555)
Gerais e Administrativas (Nota 31.2)	(29.447)	(24.265)	(380.590)	(335.126)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas (Nota 31.2)	(1.953)	(2.059)	47.616	74.422
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 17.b)	95.074	13.337	9.563	40.423
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	63.674	(12.987)	305.197	93.760
Receitas Financeiras (Nota 31.3)	2.870	3.222	297.306	367.620
Despesas Financeiras (Nota 31.3)	(59)	(52)	(446.347)	(487.933)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	66.485	(9.817)	156.156	(26.553)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(89.671)	16.736
Corrente	-	-	(68.395)	(207.877)
Diferido	-	-	(21.276)	224.613
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	66.485	(9.817)	66.485	(9.817)
Lucro (Prejuízo) por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro (Prejuízo) Básico por Ação				
Ações Ordinárias Nominativas	25.255	(0,2402)	25.255	(0,2402)
Ações Preferenciais Nominativas	41.230	(0,2642)	41.230	(0,2642)
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação				
Ações Ordinárias Nominativas	25.255	(0,2402)	25.255	(0,2402)
Ações Preferenciais Nominativas	41.230	(0,2642)	41.230	(0,2642)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

Controladora/Consolidado									
	Capital Social	Reservas				Ajustes Avaliação Patrimonial		Lucro (Prejuízo) Acumulado	Total
		Capital	Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Disposição AGO	Custo Atribuído	Passivo Atuarial		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.340.000	316	144.619	977.331	6.207	43.832	(287.577)	-	2.224.728
Transações de Capital com os Sócios									
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(6.207)	-	-	-	(6.207)
Resultado Abrangente Total									
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(9.817)	(9.817)
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(21.469)	-	21.469	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(132.861)	-	(132.861)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido									
Absorção de Prejuízo	-	-	-	11.652	-	-	-	(11.652)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.340.000	316	144.619	988.983	-	22.363	(420.438)	-	2.075.843
Transações de Capital com os Sócios									
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(15.790)	(15.790)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	66.485	66.485
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(4.734)	-	4.734	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(284.300)	-	(284.300)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	3.324	48.947	3.158	-	-	(55.429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.340.000	316	147.943	1.037.930	3.158	17.629	(704.738)	-	1.842.238

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	66.485	(9.817)	66.485	(9.817)
Outros Resultados Abrangentes				
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquidos de Tributos	(284.300)	(132.861)	(284.300)	(132.861)
Resultado Abrangente do Período	(217.815)	(142.678)	(217.815)	(142.678)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016 (Reapresentado)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	66.485	(9.817)	156.156	(26.553)
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais				
Depreciação e Amortização	1.976	1.976	218.046	235.576
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	53.695	39.679
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 17)	(95.074)	(13.337)	(9.563)	(40.423)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	-	-	(2.328)	(7.730)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	-	-	856	834
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de Impairment	-	-	(3.092)	(11.780)
Juros e Variações Monetárias	(150)	(430)	112.833	222.569
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	(18)	80	20.815	296.292
Despesas Atuariais	-	-	73.047	71.580
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	-	-	-	60
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	54.167	51.789
Realização de Provisão para Perdas	-	-	-	(6.358)
Atualização Monetária Bonificação Outorga	-	-	(40.808)	(39.123)
Aumento (Redução) nos Ativos	369	(832)	(970.007)	174.933
Contas a Receber	-	-	(187.508)	137.411
Tributos a Recuperar	758	(414)	44.475	34.152
Depósitos Judiciais	(366)	(408)	(37.094)	36.537
Estoques	-	-	274	(1.970)
Ativo Financeiro – (CVA, Bonificação de Outorga)	-	-	(381.977)	603.216
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	-	-	(303.171)	(567.505)
Outras Contas	(23)	(10)	(105.006)	(66.908)
Aumento (Redução) nos Passivos	(3)	(3)	807.826	22.925
Fornecedores	212	162	206.482	(107.221)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	87	219	32.757	77.792
Tributos a Recolher	(300)	(134)	57.601	(309.957)
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA	-	-	288.746	(225.148)
Taxas Regulamentares	-	-	381.255	783.616
Passivo Atuarial	-	-	(160.135)	(186.524)
Outras Contas	(2)	-	1.120	(9.633)
Caixa Gerado (Aplicado) pelas Operações	(26.415)	(22.113)	471.643	917.298
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(75.689)	(9.104)
Juros Pagos (Nota 23 e 24)	-	-	(74.485)	(158.045)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(26.415)	(22.113)	321.469	750.149
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	(389.643)	(375.155)
Aumento (Redução) de Capital	-	-	(9.926)	(5.103)
Redução Capital Social Investidas	-	-	-	(395)
Dividendos Recebidos	34.702	43.736	28.008	11.210
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos	34.702	43.736	(371.561)	(369.443)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	(201.765)	(219.373)
Adições nos Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	202	11.106
Ingressos de Debêntures (Nota 24)	-	-	-	151.850
Pagamento de Debêntures (Nota 24)	-	-	(99.990)	(300.000)
Pagamento de Dividendos (Nota 29)	(1.225)	(28.872)	(1.225)	(28.872)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos	(1.225)	(28.872)	(302.778)	(385.289)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.062	(7.249)	(352.870)	(4.583)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	17.986	25.235	917.464	922.047
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	25.048	17.986	564.594	917.464

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	-	-	11.025.674	10.066.544
Receita de Construção – CPC 17	-	-	441.025	411.828
Outras Receitas	-	-	94.988	64.685
Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(54.167)	(51.789)
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	-	-	(5.148.067)	(4.604.108)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(3.712)	(3.256)	(217.884)	(119.005)
Custo de Construção – CPC 17	-	-	(441.025)	(411.828)
Perdas/Recuperação de Ativos	-	-	3.092	6.358
Valor Adicionado Bruto	(3.712)	(3.256)	5.700.423	5.362.685
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.976)	(1.976)	(218.046)	(235.576)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(5.688)	(5.232)	5.482.377	5.127.109
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	95.074	13.337	9.563	40.423
Receitas Financeiras	2.870	3.222	297.306	367.620
Valor Adicionado Total a Distribuir	92.256	11.327	5.789.246	5.535.152
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	(25.318)	(20.522)	(781.527)	(676.218)
Remuneração Direta	(23.865)	(19.298)	(681.220)	(580.212)
Benefícios	(374)	(162)	(72.313)	(68.891)
FGTS	(1.079)	(1.062)	(27.994)	(27.115)
Impostos, Taxas e Contribuições	(386)	(536)	(4.472.654)	(4.366.918)
Federais	(264)	(386)	(2.566.116)	(2.372.489)
Estaduais	(84)	(62)	(1.901.621)	(1.988.137)
Municipais	(38)	(88)	(4.917)	(6.292)
Remuneração de Capital de Terceiros	(67)	(86)	(468.580)	(501.833)
Juros	-	-	(46.976)	(101.645)
Aluguéis	(67)	(86)	(22.233)	(13.900)
Outras	-	-	(399.371)	(386.288)
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	(10.384)	(21.148)
Outras Despesas Financeiras	-	-	(388.987)	(365.140)
Remuneração de Capitais Próprios	(15.790)	-	(15.790)	-
Dividendos	(15.790)	-	(15.790)	-
Lucro (Prejuízo) Retido do Exercício	(50.695)	9.817	(50.695)	9.817
Valor Adicionado Distribuído	(92.256)	(11.327)	(5.789.246)	(5.535.152)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A Celesc atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 264 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por mais de 2,8 milhões de clientes.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral da Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH, sete Usinas Hidrelétricas – UHEs e quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Empresa. Além disso, possui investimentos em parceria com investidores privados, sendo seis geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e uma transmissora.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme quadro a seguir.

Tabela 1 – Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

Geradora	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,7	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,8	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,1	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
UHE Pery	Curitibanos/SC	30,00	14,08	09/07/2047 (i)
UHE Caveiras	Lages/SC	3,83	2,77	10/07/2018 (ii)
PCH Celso Ramos	Faxinal do Guedes/SC	5,62	3,8	17/03/2035
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	2,60	2,03	(iii)
CGH Pirai	Joinville/SC	0,78	0,45	(iii)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	0,42	0,22	(iii)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	0,5	(iii)
Total		106,97	67,19	

Fonte: DGT/ADGT

- (i) Concessão prorrogada por mais 30 anos, passando a vigorar em 10 de julho de 2017.
- (ii) Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.
- (iii) As Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs, com potência inferior a 5MW, estão dispensadas do ato de concessão, não possuindo, portanto, data de vencimento. A conversão do regime de concessão de “serviço público” para “registro” junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL já foi concluído.

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme quadro a seguir:

Tabela 2 - Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
Investimentos em Ampliação na PCH Celso Ramos	12,82	7,56	100%	12,82	7,56	17/03/2035
Investimentos na Reativação na CGH Marum	1,40	0,78	100%	1,40	0,78	-
Investimentos em Ampliação na UHE Salto	29,28	17,5	100%	29,28	17,5	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Cedros (1 e 2)	13,00	8,42	100%	13,00	8,42	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Palmeiras	25,35	17,15	100%	25,35	17,15	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Caveiras	13,83	9,74	100%	13,83	9,74	(i)
Investimentos em Ampliação na CGH Rio do Peixe	9,00	4,92	100%	9,00	4,92	(ii)
Total	104,68	66,07		104,68	66,07	

Fonte: DGT/ADGT

- (i) Dependerá do Estudo de Inventário do Trecho do Rio e da Outorga de Autorização. Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.
- (ii) Dependerá da Outorga de Autorização.

O parque de geração, já em operação, em parceria com investidores privados no formato de Sociedades de Propósito Específico – SPE, possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 8,05MW de potência instalada, conforme quadro adiante.

Tabela 3 – Novos Empreendimentos em Operação – Participação Minoritária

Usinas	Localização	Prazo de Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Belmonte	Belmonte/SC	13/05/2039	3,60	26,07%	0,94
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	14/10/2040	9,60	32,50%	3,12
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	08/04/2040	6,08	40,00%	2,43
Total - MW			25,28		8,05

Fonte: DGT/ADGT

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,65MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,17MW de potência instalada proporcional, conforme quadro a seguir:

Tabela 4 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
PCH Garça Branca	6,50	3,40	49,00%	3,19	1,67	05/03/2043
PCH Campo Belo	9,95	4,31	30,00%	2,99	1,24	13/05/2044
PCH Painei	9,20	4,80	32,50%	2,99	1,56	05/03/2043
Total	25,65	12,51		9,17	4,47	

Fonte: DGT/ADGT

Em 24 de abril de 2017, o Consórcio Aliança formado pela Celesc G (10%) e pela EDP Energias do Brasil (90%), arrematou o lote 21 do Leilão de Transmissão realizado pela ANEEL, em São Paulo. Com a execução das obras previstas, o consórcio receberá receita anual de R\$171,8 milhões. O valor representa um deságio de 34,99%, em relação ao valor máximo de R\$264,3 milhões, estabelecido pela ANEEL.

O lote 21 era o terceiro maior ofertado no leilão, com investimento estimado pela ANEEL de R\$1,265 bilhão. O pacote inclui a construção de três trechos de Linhas de Transmissão de 525kV (Campos Novos – Abdon Batista, com 39 Km; Abdon Batista – Siderópolis 2, com 261Km e Biguaçu – Siderópolis 2, com 149 Km); dois trechos de Linhas de Transmissão de 230kV (Siderópolis 2 – Forquilha, com 28Km; e Siderópolis 2 – Siderópolis, com 7,5Km); além da subestação 525/230kV – Siderópolis 2. As instalações visam à expansão do sistema de transmissão em Santa Catarina. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial está prevista para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Tabela 5 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento em Transmissão – Participação Minoritária

Transmissora	Localização	Termo Final da Concessão	Km Linha	Subestações	Data prevista de entrada em operação	Status
EDP Transmissão Aliança SC	Santa Catarina	11/08/2047	485	1	11/08/2022	Licenciamentos

Fonte: DGT/ADGT

2.2. Demais Participações

2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A ECTE a detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV de tensão, com 252,5 km de extensão de linhas, entre as subestação de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE, Alupar, com 50%, e Taesa, com 19%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista (525/230kV) e Gaspar (230/138kV).

2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da Empresa. As empresas Gerdau, com 52% de participação; Copel com 23% e Statkraft, com 2%, são os demais sócios.

2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão

Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville, Santa Catarina, com potência instalada de 50MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). O investimento na Usina Cubatão está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária.

A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, a Inepar, com 40%, e a Statkraft, com 20%, são os demais sócios.

2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto, na qual a Celesc é detentora de 15,48% do total das ações da Empresa. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Parcerias detentora de 18,03% e Codesc com 2,28% das ações. O investimento na Casan está classificado nas demonstrações financeiras da Companhia como disponível para a venda.

A Casan possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão. Atualmente, a Empresa atende uma população de 2,8 milhões de habitantes com distribuição de água tratada e 587 mil com coleta, tratamento destino final de esgoto sanitário, presente em 196 municípios, sendo 1 localizado no Paraná e os demais em Santa Catarina.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Demonstrações Financeiras, Individual e Consolidada, são descritas a seguir.

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2018, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.6)
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
- c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
- e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
- f) Contingências; (Nota 27)
- g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
- j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota 19).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras, Individual e Consolidada.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4.2. Retificação de Erro e Mudança de Estimativa

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes ao Balanço Patrimonial e Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

4.2.1. Balanço Patrimonial

	Consolidado					
	31 de dezembro 2015	Reclassificação	31 de dezembro 2015 (Reapresentado)	31 de dezembro 2016	Reclassificação	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
ATIVO						
CIRCULANTE	3.589.141	-	3.589.141	3.765.539	-	3.765.539
Caixa e Equivalentes de Caixa	922.047	-	922.047	917.464	-	917.464
Contas a Receber de Clientes	1.474.884	-	1.474.884	1.270.105	-	1.270.105
Estoques	8.036	-	8.036	10.006	-	10.006
Tributos a Recuperar ou Compensar	158.667	-	158.667	121.761	-	121.761
Dividendos e JCP a Receber	682	-	682	7.959	-	7.959
Ativo Financeiro – (CVA, Bonificação de Outorga)	248.458	-	248.458	28.242	-	28.242
Outros	776.367	-	776.367	1.410.002	-	1.410.002
NÃO CIRCULANTE	4.399.787	-	4.399.787	4.863.176	-	4.863.176
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	952.462	-	952.462	1.418.149	-	1.418.149
Títulos e Valores Mobiliários	137.478	-	137.478	137.478	-	137.478
Contas a Receber de Clientes	15.918	-	15.918	31.497	-	31.497
Partes Relacionadas	13.140	-	13.140	6.472	-	6.472
Depósitos Judiciais	160.873	-	160.873	124.336	-	124.336
Tributos a Recuperar	15.231	-	15.231	17.985	-	17.985
Tributos Diferidos	214.282	-	214.282	514.870	-	514.870
Ativo Financeiro Indenizatório (Concessão)	196.520	-	196.520	346.620	-	346.620
Ativo Financeiro – (CVA, Bonificação de Outorga)	196.901	-	196.901	233.574	-	233.574
Outros	2.119	-	2.119	5.317	-	5.317
INVESTIMENTOS	201.649	-	201.649	227.554	-	227.554
IMOBILIZADO	174.856	-	174.856	158.495	-	158.495
INTANGÍVEL	3.070.820	-	3.070.820	3.058.978	-	3.058.978
TOTAL DO ATIVO	7.988.928	-	7.988.928	8.628.715	-	8.628.715
PASSIVO						
CIRCULANTE	3.342.708	-	3.342.708	4.072.723	(256.601)	3.816.122
Fornecedores	732.321	-	732.321	625.100	-	625.100
Empréstimos, Financiamentos	217.157	-	217.157	202.996	-	202.996
Debêntures	301.598	-	301.598	107.156	-	107.156
Tributos a Recolher	269.700	-	269.700	158.516	-	158.516
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (iii)	131.134	74.232	205.366	141.954	41.372	183.326
Passivo Atuarial (iii)	173.205	(74.232)	98.973	162.312	(41.372)	120.940
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA (i)	-	-	-	308.561	(256.601)	51.960
Taxas Regulamentares	1.415.572	-	1.415.572	2.298.120	-	2.298.120
Dividendos Propostos	31.499	-	31.499	1.736	-	1.736
Partes Relacionadas	18.343	-	18.343	17.016	-	17.016
Outros	52.179	-	52.179	49.256	-	49.256
NÃO CIRCULANTE	2.421.492	-	2.421.492	2.480.149	256.601	2.736.750
Empréstimos, Financiamentos	325.017	-	325.017	130.035	-	130.035
Debêntures	299.133	-	299.133	347.604	-	347.604
Tributos Diferidos	327	-	327	7.859	-	7.859
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (iii)	-	34.609	34.609	-	25.600	25.600
Passivo Atuarial (iii)	1.236.010	(34.609)	1.201.401	1.396.913	(25.600)	1.371.313
Taxas Regulamentares (ii)	256.703	-	256.703	215.482	(59.796)	155.686
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA	-	-	-	98.059	-	98.059
Provisões para Contingências (i) (ii)	301.827	-	301.827	281.722	316.397	598.119
Outros	2.475	-	2.475	2.475	-	2.475
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.224.728	-	2.224.728	2.075.843	-	2.075.843
Capital Social	1.340.000	-	1.340.000	1.340.000	-	1.340.000
Reservas de Capital	316	-	316	316	-	316
Reservas de Lucros	1.121.950	-	1.121.950	1.133.602	-	1.133.602
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(243.745)	-	(243.745)	(398.075)	-	(398.075)
Dividendos a Disposição da AGO	6.207	-	6.207	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	7.988.928	-	7.988.928	8.628.715	-	8.628.715

4.2.2. Demonstração do Fluxo de Caixa – Consolidado

	31 de dezembro 2015	Reclassificação	31 de dezembro 2015 (Reapresentado)	31 de dezembro 2016	Reclassificação	Consolidado 31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais						
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	174.050	-	174.050	(26.553)	-	(26.553)
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais						
Depreciação e Amortização	261.055	-	261.055	235.576	-	235.576
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	171	-	171	39.679	-	39.679
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 17)	(32.522)	-	(32.522)	(40.423)	-	(40.423)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	(186.833)	-	(186.833)	(7.730)	-	(7.730)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	40.610	-	40.610	834	-	834
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	17.839	-	17.839	(11.780)	-	(11.780)
Juros e Variações Monetárias	204.308	-	204.308	222.569	-	222.569
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	5.310	-	5.310	(20.105)	316.397	296.292
Provisão para Passivo Atuarial	26.457	-	26.457	71.580	-	71.580
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	(194)	-	(194)	60	-	60
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.434)	-	(19.434)	51.789	-	51.789
Realização de Provisão para Perdas	(11.079)	-	(11.079)	(6.358)	-	(6.358)
Atualização Monetária Bonificação Outorga	-	-	-	(39.123)	-	(39.123)
Aumento (Redução) nos Ativos	(1.023.160)	-	(1.023.160)	174.933	-	174.933
Contas a Receber	(448.286)	-	(448.286)	137.411	-	137.411
Tributos a Recuperar	(101.290)	-	(101.290)	34.152	-	34.152
Depósitos Judiciais	(16.188)	-	(16.188)	36.537	-	36.537
Estoques	674	-	674	(1.970)	-	(1.970)
Ativo Financeiro – (CVA, Bonificação de Outorga)	5.207	-	5.207	603.216	-	603.216
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(421.601)	-	(421.601)	(567.505)	-	(567.505)
Outras Contas	(41.676)	-	(41.676)	(66.908)	-	(66.908)
Aumento (Redução) nos Passivos	1.458.419	-	1.458.419	272.350	(249.425)	22.925
Fornecedores	42.978	-	42.978	(107.221)	-	(107.221)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10.763	108.841	119.604	10.820	66.972	77.792
Tributos a Recolher	203.110	-	203.110	(309.957)	-	(309.957)
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA	-	-	-	31.453	(256.601)	(225.148)
Taxas Regulamentares	1.376.117	-	1.376.117	843.412	(59.796)	783.616
Passivo Atuarial	(193.837)	(108.841)	(302.678)	(186.524)	-	(186.524)
Outras Contas	19.288	-	19.288	(9.633)	-	(9.633)
Caixa Gerado (Aplicado) pelas Operações	914.997	-	914.997	917.298	-	917.298
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(145.373)	-	(145.373)	(9.104)	-	(9.104)
Juros Pagos (Nota 23 e 24)	(125.638)	-	(125.638)	(158.045)	-	(158.045)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais	643.986	-	643.986	750.149	-	750.149
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos						
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(339.808)	-	(339.808)	(375.155)	-	(375.155)
Aumento (Redução) de Capital	(10.766)	-	(10.766)	(5.103)	-	(5.103)
Redução Capital Social Investidas	7.800	-	7.800	(395)	-	(395)
Dividendos Recebidos	41.228	-	41.228	11.210	-	11.210
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos	(301.546)	-	(301.546)	(369.443)	-	(369.443)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento						
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	(421.351)	-	(421.351)	(219.373)	-	(219.373)
Adições nos Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	406.176	-	406.176	11.106	-	11.106
Ingressos de Debêntures (Nota 24)	291.000	-	291.000	151.850	-	151.850
Pagamento de Debêntures (Nota 24)	-	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Pagamento de Dividendos (Nota 29)	(146.007)	-	(146.007)	(28.872)	-	(28.872)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos	129.818	-	129.818	(385.289)	-	(385.289)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	472.258	-	472.258	(4.583)	-	(4.583)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	449.789	-	449.789	922.047	-	922.047
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	922.047	-	922.047	917.464	-	917.464

(i) O Passivo Financeiro (ativo regulatório – CVA) da Celesc D, no valor de R\$256.601, foi reclassificado para provisão de contingência regulatória por tratar-se de ação judicial ajuizada em 10 de agosto de 2016, para suspender a aplicação do redutor tarifário referente a exposição involuntária interposto pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016 (Nota 27).

(ii) A Celesc D reclassificou em junho de 2017 o montante de R\$59.796 de taxas regulamentares para provisão de contingência regulatória por tratar-se de ação judicial, ajuizada em 01 de julho de 2005, na qual a Advocacia Geral da União pleiteia repasses a título de Encargos de Capacidade Emergencial – ECE.

(iii) A Celesc D reclassificou de Passivo Atuarial para obrigações trabalhistas e previdenciárias o Programa de Demissão Voluntária – PDV e o Plano de Desligamento Incentivado – PDI, nos montantes de R\$41.372 e R\$25.600, classificados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, por se tratarem de benefícios rescisórios (Notas 25 e 28).

4.3. Principais Políticas Contábeis

4.3.1. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

a) Método da Equivalência Patrimonial – MEP

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora as Informações Financeiras de controladas e coligadas, são reconhecidas pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

b) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas; e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

c) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

d) Coligadas

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O

investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

4.3.2. Apresentação de Informações por Segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais e estratégicas do Grupo (Nota 31).

As mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento são idênticas às utilizadas nas preparações das Demonstrações Financeiras do Grupo.

4.3.3. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.4. Instrumentos Financeiros não Derivativos

4.4.1. Classificação, Reconhecimento e Mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial e dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

a) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa; empréstimos das coligadas; bonificação de outorga; ativos de concessão – indenização; contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O Grupo classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e investimentos temporários.

Estes ativos estão apresentados nas Demonstrações Financeiras em ativos não circulantes e são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e os ganhos ou as perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidos no resultado da seguinte maneira: ativo indenizatório no resultado operacional e investimentos temporários em resultado financeiro.

4.4.2. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há

uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4.3. Impairment de Ativos Financeiros

O Grupo avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e reconhecido como despesa na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.5. Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.6. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.7. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

4.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores

contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos diferidos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidade e autoridade tributáveis.

4.9. Depósitos Judiciais

A Companhia mantém registrado nesta rubrica valores, e suas atualizações, depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais).

4.10. Imobilizado

A Companhia considerou o custo histórico como base de valor para o reconhecimento inicial na adoção do *IFRS*, em 2009, mensurado pelo valor justo. Posteriormente, manteve este valor como novo custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os itens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico e incluem os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção, incluindo: i) o custo de materiais e mão de obra direta; ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e iii) os custos, referentes a juros de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

a) Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	15,2
Veículos	14,7
Móveis e Utensílios	6,3
Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	0,8
Máquinas e Equipamentos	4,0
Reservatórios, Barragens e Adutoras	6,0
Veículos	18,2
Móveis e Utensílios	2,3

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Celso Ramos e Caveiras, regidas pelo Contrato de Concessão do uso do bem público, são depreciadas com base nos prazos de concessão definidos em contrato, exceto para os investimentos realizados que são suscetíveis à indenização ao final da concessão, sendo esses depreciados com base na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Com a emissão do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013, a UHE Pery passou a ser depreciada conforme taxas definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015. As CGHs São Lourenço, Rio do Peixe e Piraí, por possuírem contrato de registro, são depreciados com base nas mesmas taxas, uma vez que não possuem prazo de concessão. Os ativos pertencentes à Administração Central da Celesc G são depreciados com base nas mesmas taxas.

Ainda, os investimentos em melhoria realizados nas Usinas arrematadas no Leilão nº 12/2015 – Garcia, Palmeiras, Saldo, Cedros e Bracinho – são depreciados pelo prazo da concessão ou vida útil, dos dois o menor, uma vez que os Contratos de Concessão nº 06/2016 e 07/2016 preveem a não indenização ao final da concessão. Já os investimentos realizados em ampliação das Usinas deverão ser depreciados conforme estabelecido na Resolução ANEEL nº 674/2015.

4.11. Intangíveis

Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

a) Contratos de Concessões

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do prestados pelo Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas Demonstrações Financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

b) Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e amortizado com base no prazo da concessão.

c) Programas de Computador – *softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 19). Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

d) Uso do Bem Público – UBP

O UBP, instituído pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

Os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (UBP) assinados após 2004, sob a égide da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, incluindo terrenos, são amortizados com base no prazo da concessão.

4.12. Impairment de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

4.13. Ativo Financeiro

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

a) Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e

geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Estes ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo Valor Novo de Reposição – VNR, o qual é homologado pela ANEEL a cada ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP.

Salienta-se que a revisão tarifária periódica da Celesc D ocorre a cada cinco anos, conforme Contrato de Concessão, e somente nessa data a Base de Remuneração Regulatória – BRR é homologada pela ANEEL pelo VNR depreciado.

Nos períodos entre as datas da Revisão Tarifária Periódica – RTP, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da BRR entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA como fator de atualização do valor justo da BRR.

b) Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um Contrato de Concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

c) Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.4.2), os ativos e passivos financeiros – Parcela A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido.

4.14. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

a) Subvenção e Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. (Nota 12).

b) Conta Bandeira Tarifária

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica Ativo/Passivo Financeiro. (Nota 12).

4.15. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

4.16. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.17. Debêntures

As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.19. Benefícios a Empregados e Aposentados

a) Obrigações de Pensão

O Grupo tem planos de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, dependendo de fatores como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b) Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

4.20. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.21. Distribuição de Dividendos

A Companhia reconhece no passivo circulante, no encerramento do exercício social, o montante do dividendo mínimo de 25% do lucro ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório são reconhecidos no patrimônio líquido e somente são provisionados no passivo quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

4.22. Capital Social

As ações Ordinárias e as Preferenciais são classificadas no Patrimônio Líquido.

4.23. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando: a) os valores das receitas, dos custos incorridos e das despesas da transação possam ser mensurados com segurança; b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; c) o Grupo não detém mais a gestão e controle sobre a energia vendida ou distribuída; e d) os riscos e benefícios relacionados à energia vendida ou distribuída são transferidos ao comprador/consumidor.

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

b) Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

c) Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

d) Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados

pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

e) Ativo e Passivo Financeiro

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

f) Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

g) Receita de Construção

Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento de cada concessionária.

h) Receita de Atualização Valor Novo de Reposição – VNR

Refere-se à atualização pelo IPCA do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo VNR.

i) Receita de Atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um Contrato de Concessão o Grupo reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de bonificação de outorga, dentro do grupo de “Receita Operacional”.

Para cada usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

j) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

k) Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

4.24. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB*, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o *IFRS 9* traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e com prospecção de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A partir de 01 de janeiro de 2018, a aplicação do CPC 48 será de forma prospectiva.

(i) Nova Classificação de Ativos Financeiros:

A Companhia e suas controladas identificaram, de acordo com os novos critérios de classificação dos ativos financeiros, alteração de grupo nas contas descritas a seguir. A nova classificação não terá impacto relevante no reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros e, por conseguinte, na conta de lucros acumulados.

	31 de dezembro 2017	Consolidado 01 de janeiro 2018
Empréstimos e Recebíveis		Custo Amortizado
Caixa e Equivalentes		Caixa e Equivalentes
Contas a Receber de Clientes		Contas a Receber de Clientes
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)		Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga		Ativo Financeiro Bonificação de Outorga
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
Ativo Indenizatório (Concessão)		Outros Investimentos
Ações		Ações
Outros Investimentos		
		Valor Justo Por Meio Do Resultado (VJR)
		Ativo Indenizatório (Concessão)

(ii) Novo Modelo de *Impairment* para Ativos Financeiros:

A Companhia e sua controlada Celesc D avaliaram que as perdas por redução ao valor recuperável não terão impactos significativos para os ativos no modelo de perdas esperadas embasado em perdas incorridas, conforme o *IFRS 9/CPC 48*.

Na controlada Celesc G, não há indícios de impactos relevantes na adoção desta nova norma em PECLD, bem como na rubrica de Contas a Receber, considerando que o recebimento do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. A venda de energia nos ambientes ACR ou ACL, a CCEE controla e monitora as respectivas inadimplências, tornando o risco de PECLD baixo.

(iii) Contabilidade de *Hedge*

A Companhia e suas controladas não apresentam este tipo de instrumento financeiro.

IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As efetivas modificações trazidas pelo CPC 47 são: i) a modificação de contrato (ajuste retroativo); ii) reconhecimento da Receita cumprida uma obrigação havendo então a transferência de controle ao cliente; iii) reconhecimento da Receita em determinado momento ou ao longo do tempo; iv) determinação do preço total ou parcialmente variável; v) uso de estimativas e limites que necessitam de alto grau de julgamento, podendo afetar o valor ou até mesmo o momento de reconhecimento de receita; vi) divulgações mais amplas. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

A *performance* das distribuidoras em relação a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores é percebida pela avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais a Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – DIC e a Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – FIC. Conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, essas penalidades estão classificadas na despesa operacional.

Com a adoção na nova norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável e deverão ser contabilizadas como redutoras da receita.

Não há evidências de outros impactos significativos em relação à adoção desta norma para reconhecimento da receita na Companhia e suas controladas.

IFRS 16/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A administração ainda está avaliando os impactos de sua adoção. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras do Grupo.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo do Grupo Celesc.

5.1. Classe de Risco Financeiro

5.1.1. Categoria Crédito:

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez:

Acesso ao Mercado de Capitais

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado afetando o planejamento de caixa, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros, através do comprometimento da estrutura de capital.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

							Consolidado
							31 de dezembro 2017
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.334.744	43.474	21.345	30.562	4.818	1.434.943
Caixa e Equivalente de Caixa		564.594	-	-	-	-	564.594
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) ⁽ⁱⁱ⁾		1.532.912	-	-	-	-	1.532.912
Bonificação Outorga	IPCA	2.641	5.216	22.682	99.384	172.857	302.780
Total Ativo		3.434.891	48.690	44.027	129.946	177.675	3.835.229
Empréstimo Bancário	110% a						
	121% CDI	14.330	20.190	31.301	-	-	65.821
Eletrobrás	5% a.a	2.047	3.187	10.694	14.393	2.690	33.011
	2,5% a 9,5% a.a.	774	1.337	6.133	29.615	3.752	41.611
Finame							
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a.	-	-	104.730	121.888	-	226.618
Debêntures – Celesc G	125% do CDI	-	199	-	-	-	151.740
Fornecedores		476.117	355.266	199	-	-	831.582
Conta Desenvolvimento Energético – CDE ⁽ⁱⁱ⁾		2.562.138	-	-	-	-	2.562.138
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	11.034	8.910	42.230	311.015	229.087	602.276
Passivo Financeiro – “Parcela A” CVA	SELIC ⁽ⁱ⁾	388	778	3.563	25.453	-	30.182
Total Passivo		3.066.828	541.408	198.850	502.364	235.529	4.544.979

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

(ii) Vide Nota 26.

Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (CELOS), por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

Aceleração de Dívida

Risco do vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro devido ao não cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, estabelecidos nas cláusulas referentes aos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

5.1.3. Categoria Mercado:

Taxa de Câmbio e Juros

Risco de perdas provocado pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio comprometendo a estratégia.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão:

Planejamento e Orçamento

Risco de perdas pela ausência de sistemas especializados, simulação de cenários baseada em informações não confiáveis, premissas inadequadas e dificuldade de consolidação de informações para gerar planejamento e monitoramento do orçamento comprometendo a expectativa, resultados e metas aprovados.

Contraparte

Risco de perdas e/ou dificuldade de execução de suas estratégias devido ao não cumprimento total ou parcial pela contraparte (fornecedores, prestadores de serviço etc.) das cláusulas acordadas, expondo o grupo a contingências, obrigações solidárias e perdas financeiras.

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, através de não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

Faturamento

Risco de perdas financeiras provocadas pela falta de qualidade do faturamento, representada por faturamento pela média, leitura equivocada, fraude, falta de qualidade de equipamentos e de capacitação de equipe própria e de terceiros.

5.2.2. Categoria Processo:

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Perdas

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios

5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica:

Afluência Média

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

5.3. Classe de Risco de *Compliance*

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal:

Revisão Tarifária

Risco de perdas provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas, acarretando na redução da margem das distribuidoras.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de exposição a sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no aditivo ao Contrato de Concessão da Distribuidora, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira.

Distribuição de Energia

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de

25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

Os indicadores financeiros que serão avaliados são: EBITDA, (EBITDA – QRR), (Dívida Líquida/EBITDA – QRR). Em 2017 o EBITDA deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 (EBITDA – QRR) maior ou igual a 0 (zero). Em relação a (Dívida Líquida/ EBITDA – QRR) o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a 9,71 (nove vírgula setenta e um) e em 2020 menor ou igual a 7 (sete) para uma selic média de 12,87%. Para o ano de 2017, o EBITDA Regulatório da Celesc D, ajustado pelos itens mencionados no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, é de R\$592,9 milhões. Portanto, a Celesc D atingiu esse indicador no ano de 2017.

Extinção da Concessão de Geração

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da Usina Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2017:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)			6,65%	8,31%	9,98%
	Aplicações Financeiras	435.508	28.961	36.191	43.464
	Empréstimos	(64.263)	(4.273)	(5.340)	(6.413)
	Debêntures	(352.216)	(23.422)	(29.269)	(35.151)
SELIC			6,61%	8,26%	9,92%
	Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	(26.327)	(1.740)	(2.175)	(2.612)
	Parcelamento CDE	(970.154)	(64.127)	(80.135)	(96.239)
IPCA² (%)			2,95%	3,69%	4,43%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	160.069	4.722	5.907	7.091
	Bonificação de Outorga	272.163	8.029	10.043	12.057
	Reserva Matemática a Amortizar	(460.992)	(13.599)	(17.011)	(20.422)

5.5. Gestão de Capital

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M18 com vencimento em 01/06/2018 (fechamento 05/01/2018)

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Total dos Empréstimos	130.466	333.031
Debêntures	352.216	454.760
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(564.594)	(917.464)
Dívida Líquida	(81.912)	(129.673)
Total do Patrimônio Líquido	1.901.473	2.075.843
Total do Capital	1.819.561	1.946.170
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-4,5%	-6,66%

5.6. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017. O valor contábil representa o valor justo dos ativos. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 2	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e Equivalentes	564.594	917.464
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	1.434.943	1.301.602
Descrição – Nível 3		
Empréstimos e Recebíveis		
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (NE 10)	1.532.912	1.229.741
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga (Nota 13)	272.163	261.816
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão) (Nota 14)	397.355	349.041
Ações (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
Total do Ativo	4.339.445	4.197.142

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Nível	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
					Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	2	564.594	-	-	564.594
Ações	3	-	137.261	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	397.355	-	397.355
Contas a Receber de Clientes	2	2.017.527	-	-	2.017.527
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 12)	3	1.532.912	-	-	1.532.912
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	272.163	-	-	272.163
Outros	3	-	217	-	217
		4.387.196	534.833	-	4.922.029
Passivo					
Fornecedores	2	-	-	831.582	831.582
Empréstimos	2	-	-	161.031	161.031
Debêntures	2	-	-	352.216	352.216
Reserva Matemática a Amortizar	3	-	-	460.992	460.992
Encargos Setoriais - CDE	3	2.562.138	-	-	2.562.138
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA	3	26.327	-	-	26.327
		2.588.465	-	1.805.821	4.394.286

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2016.

					Consolidado
Descrição	Nível	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	2	917.464	-	-	917.464
Ações	3	-	137.261	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	349.021	-	349.021
Contas a Receber de Clientes	2	1.830.019	-	-	1.830.019
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 12)	3	1.229.741	-	-	1.229.741
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	261.816	-	-	261.816
Outros	3	-	217	-	217
		4.239.040	486.499	-	4.725.539
Passivo					
Fornecedores	2	-	-	625.100	625.100
Empréstimos	2	-	-	333.031	333.031
Debêntures	2	-	-	454.760	454.760
Reserva Matemática a Amortizar	3	-	-	496.950	496.950
Encargos Setoriais - CDE	3	2.192.302	-	-	2.192.302
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA	3	406.620	-	-	406.620
		2.598.922	-	1.909.841	4.508.763

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	31 de dezembro 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.145.115	976.266
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	249.283	225.187
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	623.129	628.566
	2.017.527	1.830.019

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. ESTOQUES

Descrição	31 de dezembro 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016
Almoxarifado	9.628	9.920
Outros	105	86
	9.733	10.006

Os estoques são compostos por materiais, no almoxarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Recursos em Banco e em Caixa	46	38	129.086	68.797
Aplicações Financeiras	25.002	17.948	435.508	848.667
	25.048	17.986	564.594	917.464

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 99,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes disponíveis para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Disponível para Venda				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário.

O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo com base nas informações econômico-financeiras da Casan. Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação do referido investimento. As premissas operacionais fornecidas ou discutidas com a Casan refletem as melhores estimativas da administração quanto ao seu desempenho e resultados futuros, e servem de subsídio para as projeções do Demonstrativo de Resultados do Exercício – DRE e do Balanço Patrimonial – BP.

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Os Fluxos de Caixa Livres – FCL são projetados para um determinado período, posteriormente considera-se a perpetuidade do FCL a uma determinada taxa de crescimento (g). Ambos os fluxos são descontados a uma taxa de desconto (WACC) que reflete o custo de capital da empresa e o risco associado aos fluxos de caixa gerados pela mesma.

A data base das informações da Casan, utilizada para o cálculo do valuation, foi 31 de outubro de 2017. O período de projeção adotado é de 17 anos (01/10/2017 – 31/10/2034), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada é WACC nominal de 12,4 % a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 4,0% a.a. (meta central de inflação a partir de 2020).

A Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em razão de se tratar de uma estimativa com diversas variáveis e de que o resultado dessas estimativas para o ano de 2017 não resultou em acréscimo relevante.

Conciliação do Valor Contábil:

	Controladora	Consolidado
Descrição	Total	Total
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2016	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2017	137.261	137.261

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Consumidores					
Residencial	378.800	124.564	91.701	595.065	488.815
Industrial	220.070	43.321	349.717	613.108	645.025
Comércio, Serviços e Outros	242.240	45.259	86.808	374.307	324.819
Rural	78.952	12.742	16.620	108.314	83.203
Poder Público	62.626	1.433	9.609	73.668	72.234
Iluminação Pública	32.467	280	15.741	48.488	43.033
Serviço Público	27.164	137	1.447	28.748	23.003
	1.042.319	227.736	571.643	1.841.698	1.680.132
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	89.694	12.565	11.147	113.406	85.804
Transações no Âmbito da CCEE	13.102	-	15.381	28.483	34.254
Outros Créditos	-	8.982	24.958	33.940	29.829
	102.796	21.547	51.486	175.829	149.887
	1.145.115	249.283	623.129	2.017.527	1.830.019
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(582.584)	(528.417)
				1.434.943	1.301.602
Circulante				1.399.563	1.270.105
Não Circulante				35.380	31.497

A Celesc D, em 2015, incluiu as Receitas de Subvenções e Doações dos anos de 2013 a 2015 na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, realizando a cobrança retroativa de todos os consumidores. A diferença apurada pela Celesc D do PIS/PASEP e da COFINS, referente a este período e não repassada aos consumidores, foi de R\$63,8 milhões. Este total foi faturado, em parcelas mensais, pela Celesc D a seus consumidores a partir de abril de 2016 até junho de 2017.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	31 de dezembro 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016
Consumidores		
Residencial	91.692	84.941
Industrial	207.302	177.639
Têxtil (i)	114.613	136.128
Comércio, Serviços e Outras	81.559	78.163
Rural	10.597	5.893
Poder Público	11.436	12.677
Iluminação Pública	14.543	16.600
Serviço Público	1.382	1.186
Concessionárias e Permissionárias (ii)	16.533	11.712
Consumidores Livres	8.312	-
Outros	24.615	3.478
Total	582.584	528.417
Circulante	467.971	392.289
Não Circulante	114.613	136.128

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	476.628
Provisão Constituída no Exercício	78.970
Baixas de Contas a Receber	(27.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	528.417
Provisão Constituída no Exercício	108.707
Baixas de Contas a Receber	(54.540)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	582.584

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A., reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	16.888
Buettner S.A.	18.231
Saldo em 31 de dezembro de 2016	136.128
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	(21.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	114.613
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Buettner S.A.	-

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$15.381 mil em dezembro de 2017. A Empresa constituiu PECLD neste valor acima citado considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo em face à controvérsia e à incerteza do deslinde do processo judicial.

b.3) Movimentação da PECLD – GSF

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.583
Provisão Constituída no Período	16.075
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(11.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.381

12. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber - Circulante	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Dividendos	9.046	7.959
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (i)	1.532.912	1.229.741
Pessoal a Disposição	3.209	4.280
Adiantamento Proinfa	14.519	13.484
Adiantamentos Diversos	3.286	3.087
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	65.612	51.626
Compartilhamento de Infraestrutura	3.631	11.808
Programa Baixa Renda	15.282	7.911
Conta Bandeiras	54.825	45.005
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	30.277	28.242
Outras Contas (ii)	90.298	43.060
Total Circulante	1.822.897	1.446.203
Outros Créditos a Receber – Não Circulante		
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	241.886	233.574
Outras Contas	3.524	5.317
Total Não Circulante	245.410	238.891
Total	2.068.307	1.685.094

(i) Em 15 de agosto de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.286/2017, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$60.103, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, com vigência de agosto de 2017 a julho de 2018. O valor mensal, com vigência de agosto de 2016 a julho de 2017, era de R\$43.701. (Nota 26).

(ii) Despacho ANEEL nº 4171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul. (Nota 31.2 – c).

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2017	Amortização	Constituição	Consolidado	
								Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	145.599	558.022	(96.313)	11.841	619.149	87.149	532.000	308.816	310.333
Energia	90.135	499.598	(47.204)	9.218	551.747	71.850	479.897	271.807	279.940
Proinfa	22.208	-	(22.208)	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	30.215	45.656	(24.375)	2.164	53.660	13.857	39.803	30.442	23.218
Transporte de Energia	3.041	12.768	(2.526)	459	13.742	1.442	12.300	6.567	7.175
Demais Ativos Financeiros Setoriais	122.319	10.945	(75.892)	3.835	61.207	41.917	19.290	49.953	11.254
Neutralidade da Parcela A	121.714	10.945	(75.287)	3.835	61.207	41.917	19.290	49.953	11.254
Outros	605	-	(605)	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	267.918	568.967	(172.205)	15.676	680.356	129.066	551.290	358.769	321.587

Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2017	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(359.006)	(430.995)	200.629	(13.498)	(602.870)	(139.689)	(463.181)	(332.681)	(270.189)
Proinfra	-	(12.336)	4.770	(1.080)	(8.646)	(8.646)	-	(8.646)	-
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(203.316)	(278.535)	150.307	(18.090)	(349.634)	(113.269)	(236.365)	(211.755)	(137.879)
CDE	(155.690)	(140.124)	45.552	5.672	(244.590)	(17.774)	(226.816)	(112.280)	(132.310)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(58.931)	(48.729)	7.241	(3.394)	(103.813)	(13.361)	(90.452)	(30.726)	(73.087)
Sobrecontratação de Energia	(19.662)	-	-	(3.077)	(22.739)	-	(22.739)	(9.474)	(13.265)
Devoluções Tarifárias	(39.269)	(45.393)	6.585	(1.806)	(79.883)	(12.170)	(67.713)	(20.061)	(59.822)
Outros	-	(3.336)	656	1.489	(1.191)	(1.191)	-	(1.191)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(417.937)	(479.724)	207.870	(16.892)	(706.683)	(153.050)	(553.633)	(363.407)	(343.276)
Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais	(150.019)	89.243	35.665	(1.216)	(26.327)	(23.984)	(2.343)	(4.638)	(21.689)

Descrição	31 de dezembro 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
CVA 2016 – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	-	(75.328)
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(52.540)	(138.079)
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	68.819	-
Total da Parcela A – CVA	16.279	(213.407)
Outros Itens – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	-	52.765
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	28.557	10.623
Outros Itens - Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(71.163)	-
Total Outros Itens – CVA	(42.606)	63.388
Total	(26.327)	(150.019)

13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR);
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição						Consolidado
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2016	38.146	54.580	41.737	25.026	102.327	261.816
Atualização Monetária	1.443	2.065	1.582	940	3.900	9.930
Juros	4.655	6.755	4.993	3.473	11.002	30.878
Amortização/Baixa	(4.589)	(6.619)	(4.911)	(3.369)	(10.973)	(30.461)
Em 31 de dezembro de 2017	39.655	56.781	43.401	26.070	106.256	272.163
					Circulante	30.277
					Não Circulante	241.886

14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	394.934	346.620
Em Serviço	160.069	145.731
Em Curso	234.865	200.889
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	2.421	2.421
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	397.355	349.041

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Descrição	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	346.620
(+) Novas Aplicações	12.866
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso - AIC	33.976
(+) Ajuste VNR (i)	2.328
(-) Resgate	(856)
Em 31 de dezembro de 2017	394.934

(i) A Companhia reconheceu no exercício de 2017, o montante de R\$2.328, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

15. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
ICMS ⁴	-	-	41.537	39.481
PIS e COFINS ⁵	-	-	21.222	21.223
IRPJ e CSLL ⁶	1.627	-	27.180	59.475
Outros	428	2.813	5.332	19.567
Total	2.055	2.813	95.271	139.746
Circulante	2.055	2.813	75.831	121.761
Não Circulante	-	-	19.440	17.985

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 27)

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e Transações

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo não circulante são:

Descrição	Controladora				Consolidado	
	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2016						
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	107.032	39.481	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	7.073	-	-
Rede Subterrânea (i)	5.984	-	-	-	5.984	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	17.016
	5.984	107.032	39.481	7.073	6.472	17.016
Em 31 de dezembro de 2017						
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	132.472	41.537	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	8.249	-	-
Rede Subterrânea (i)	6.134	-	-	-	6.134	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	19.732
	6.134	132.472	41.537	8.249	6.622	19.732

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Receitas Financeiras	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 31 de dezembro de 2016				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	1.988.137	-	-
Receita de Vendas	-	-	76.031	-
Rede Subterrânea (i)	430	-	-	430
	430	1.988.137	76.031	430
Em 31 de dezembro de 2017				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	1.901.511	78.541	-
Receita de Vendas	-	-	-	-
Rede Subterrânea (i)	150	-	-	150
	150	1.901.511	78.541	150

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/95, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos (dividendos do exercício de 2015), a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado monetariamente era de R\$6.134.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Administradores				
Honorários	5.388	4.814	5.388	4.814
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.577	-	1.577	-
Passivo Atuarial	178	149	178	149
Encargos Sociais	1.469	1.664	1.469	1.664
Outros	196	160	196	160
	8.808	6.787	8.808	6.787

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Controladas				
Celesc D	1.052.919	1.311.796	-	-
Celesc G	425.880	389.742	-	-
	1.478.799	1.701.538	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	87.818	97.117	87.818	97.117
	87.818	97.117	87.818	97.117
Coligadas				
ECTE	47.783	52.860	47.783	52.860
DFESA	29.822	32.766	29.822	32.766
SPES ⁷	-	-	51.058	44.811
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	77.605	85.626	128.663	130.437
	1.644.222	1.884.281	216.481	227.554

a) Informações sobre Investimentos

Controladora						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2016						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.311.796	7.722.620	(52.530)
Celesc G	43.209	100%	100%	389.742	569.616	23.143
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260	42.328
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385	116.171
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563	34.312
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)
Em 31 de dezembro de 2017						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.052.919	8.114.164	33.342
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	425.880	624.605	48.960
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)

⁷ Sociedade de Propósito Específico.

Consolidado

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2016						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260	42.328
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385	116.171
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563	34.312
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.590	58.921	612
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.561	5.561	(22)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30 %	30%	6.056	6.469	(102)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	37.330	58.833	4.798
Xavantina Energética S.A.	216	40%	40%	23.826	43.466	(2.294)
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	16.232	46.175	(1.528)
Em 31 de dezembro de 2017						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,50%	32,50%	33.026	55.215	(3.542)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.611	5.612	(203)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.129	6.542	(63)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	40.070	59.001	4.540
Xavantina Energética S.A.	241	40,00%	40,00%	23.269	40.661	(2.685)
Garça Branca Energética S.A.	18.014	49,00%	49,00%	29.337	59.436	(4.217)
EDP Transmissão Aliança SC	0,1	10,00%	10,00%	(160)	15.447	(161)

b) Movimentação dos Investimentos
Controladora

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.501.051	372.169	45.486	84.005	32.234	2.034.945
Dividendos e JCP Creditados	(3.864)	(7.570)	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(29.671)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(52.530)	25.143	13.073	19.749	7.902	13.337
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(132.861)	-	-	-	-	(132.861)
Em 31 de dezembro de 2016	1.311.796	389.742	52.860	97.117	32.766	1.884.281
Dividendos e JCP Creditados	(7.919)	(12.822)	(16.804)	-	(11.820)	(49.365)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.342	48.960	11.727	(7.831)	8.876	95.074
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(225.065)	-	-	-	-	(225.065)
Em 31 de dezembro de 2017	1.112.154	425.880	47.783	87.818	29.822	1.703.457

Consolidado

Descrição	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2015	45.486	84.005	32.234	39.924	201.649
Integralizações	-	-	-	5.103	5.103
Dividendos e JCP Creditados	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(250)	(18.487)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.073	19.749	7.902	(301)	40.423
Aumento de Capital Social	-	-	-	395	395
Outros Ajustes	-	-	-	(60)	(60)
Em 31 de dezembro de 2016	52.860	97.117	32.766	44.811	227.554
Integralizações	-	-	-	9.926	9.926
Dividendos e JCP Creditados	(16.804)	-	(11.820)	(470)	(29.094)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.727	(7.831)	8.876	(3.209)	9.563
Em 31 de dezembro de 2017	47.783	87.818	29.822	51.058	216.481

c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS no exercício de 2017 é de R\$38.540 (R\$40.008 em 31 de dezembro de 2016). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

d) Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio).

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01.

• Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2017, com base na metodologia de DCF, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2039, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 13,08%, é de R\$21.549, sendo superior ao valor contábil (R\$10.530). Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2018-2039) fornecido pela Companhia:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm, com GSF de 10%
Quantidade de Energia Contratada para Venda	5,46 MWm
Preço de Venda	R\$251,04/MWh, corrigido pelo IGP-M projetado
Custos com Compra de Energia	R\$217,00/MWh, corrigido pelo IGP-M projetado, para compra de lastro de energia contratada R\$200,00/MWh, com correção pelo IGP-M projetado, para compra de perda com GSF
Custos com Operação e Manutenção	Plano de Negócios definido pela Companhia, corrigidos pelo IGP-M.
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos.

• Garça Branca Energética S.A. – GBR

Em 31 de dezembro de 2017, com base na metodologia de DCF, o valor presente líquido referente à

participação de 49% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 13,08%, é de R\$16.484, sendo superior ao valor contábil (R\$16.192). Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2018-2047) fornecido pela Companhia:

Descrição	Premissa
Garantia Física	3,20 MWm, com GSF de 5%
Preço de Venda	R\$172,56/MWh no ACR, corrigido pelo IPCA projetado; R\$188,21/MWh no mercado de curto prazo, corrigido pelo IPCA projetado
Início de Operação	1º de maio de 2018
Custos com Operação e Manutenção	Plano de Negócios definido pela Companhia, corrigidos pelo IPCA.
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos.

18. IMOBILIZADO

a) Composição do Saldo

							Consolidado
Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.294	334	21.645	158.495
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.868	172.236	1.537	21.645	454.313
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.728)	79	-	(51.332)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(143.750)	(15.912)	(76.214)	(1.282)	-	(244.486)
Em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.294	334	21.645	158.495
Adições	-	-	-	-	-	5.828	5.828
Baixas Saldo Bruto	-	(20.079)	-	(9.161)	-	(382)	(29.622)
Baixas Depreciação	-	20.079	-	7.471	-	-	27.550
Depreciação	-	(7.961)	(338)	(5.251)	(69)	-	(13.619)
(+/-) Transferências	-	956	27	3.620	121	(4.724)	-
Realização de Provisão para Perdas(i)	(2.668)	(6.035)	3.403	8.390	2	-	3.092
Baixa de Provisão para Perdas	-	-	-	(52)	-	-	(52)
Em 31 de dezembro de 2017	1.315	7.555	31.736	88.311	388	22.367	151.672
Custo do Imobilizado	20.202	189.781	49.895	174.166	1.658	22.367	458.069
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(151.711)	(16.250)	(81.465)	(1.351)	-	(258.105)
Em 31 de dezembro de 2017	1.315	7.555	31.736	88.311	388	22.367	151.672
Taxa Média de Depreciação	0%	6%	1%	4%	13%	0%	

(i) Em 2017 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$11.191 e Reversão Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$14.283.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em Uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Para a análise do Parque Gerador Próprio da Celesc G, procedeu-se o levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas, as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro, pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data base dezembro de 2017.

Considerou-se, para o *Impairment test*, as projeções até o ano de 2046, por se tratar do prazo final das concessões das usinas adquiridas no Leilão no 12/2015, em função do nível de maior certeza dessas projeções, dados os contratos firmados e existentes de demanda de energia realizados pela empresa, bem como pela própria dinâmica de negociação do excedente gerado de energia, conforme regulação prevista.

Para as usinas sem término de concessão, foi estipulado o mesmo prazo de outorga (até 2046), de fluxo de caixa como projeção. Este foi o caso das usinas Caveiras, São Lourenço, Rio do Peixe, Ivo Silveira e Piraí.

Para a projeção dos investimentos em 2018 foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração. Para os investimentos em melhorias e manutenção geral a partir de 2019, a alocação foi determinada pela garantia física de cada usina.

De 2019 a 2039 as estimativas de investimentos estão baseadas no saldo a disposição em caixa da companhia, com projeção de inflação pelo IPCA. A partir de 2040, não foram considerados acréscimos inflacionários para desembolsos com manutenção, utilizando-se de valores lineares por conta da proximidade do término das concessões das usinas Garcia em 2045, Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto em 2046 e Pery em 2047. As CGHs tem porte reduzido e não necessitam de altos investimentos em melhorias e manutenção.

A taxa é dada por parâmetros de valores geralmente oferecidos por títulos do governo, incorporam risco específico da atividade e é calculada com base no modelo de avaliação de ativos – *Capital Asset Pricing Model – CAPM*. A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01. A taxa de desconto utilizada foi de 12,63%.

Ativo	Saldo Líquido antes do teste de <i>impairment</i>	Valuation	Provisões	Reversões	Consolidado
					Impacto no Resultado
UHE Caveiras	7.218	(3.194)	(7.218)	-	(7.218)
PCH Celso Ramos	3.789	3.655	(134)	-	(134)
CGH Ivo Silveira	179	386	-	-	-
UHE Pery	107.421	121.704	-	14.283	14.283
CGH Pirai	660	(14.804)	(660)	-	(660)
CGH Rio do Peixe	3.179	(11.150)	(3.179)	-	(3.179)
CGH São Lourenço	-	(15.079)	-	-	-
UHE Palmeiras	29	132.961	-	-	-
UHE Bracinho	2.797	66.720	-	-	-
UHE Garcia	53	65.234	-	-	-
UHE Cedros	2	57.015	-	-	-
UHE Salto	393	11.205	-	-	-
	125.720	414.653	(11.191)	14.283	3.092

b) Depreciação

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015. Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do Contrato de Concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão ou vida útil, dos dois o menor, definido em contrato.

c) Ativo Imobilizado totalmente depreciado ainda em operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Reservatórios, Barragens e Adutoras	12.478	16.014
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8.133	7.696
Máquinas e Equipamentos	20.528	25.245
Outros	1.152	1.206
Total	42.291	50.161

19. INTANGÍVEL

Descrição	31 de dezembro 2016	Amortizações	Controladora
			31 de dezembro 2017
Ágio Aquisição ECTE	6.955	(503)	6.452

Consolidado

Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2016	3.046.954	3.564	6.955	821	70	614	3.058.978
Custo Total	4.333.059	6.495	14.248	6.693	70	614	4.361.179
Amortização Acumulada	(1.286.105)	(2.931)	(7.293)	(5.872)	-	-	(1.302.201)
Em 31 de dezembro de 2016	3.046.954	3.564	6.955	821	70	614	3.058.978
Adições	369.558	-	-	167	-	388	370.113
Baixas	(51.571)	-	-	-	-	-	(51.571)
Amortizações	(200.322)	(1.298)	(503)	(836)	-	-	(202.959)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	3.164.619	2.266	6.452	152	70	1.002	3.174.561
Custo Total	4.651.046	6.495	14.248	6.860	70	1.002	4.679.721
Amortização Acumulada	(1.486.427)	(4.229)	(7.796)	(6.708)	-	-	(1.505.160)
Em 31 de dezembro de 2017	3.164.619	2.266	6.452	152	70	1.002	3.174.561
Taxa Média de Amortização	4,2%	20%	3,5%	12%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013 foi assinado o Contrato de Concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao Contrato de Concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, tendo como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica.

Tal contrato prevê o recolhimento à Eletrobras, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH, de quota mensal de Uso de Bem Público – UBP definida em contrato, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação.

Em 2017 o valor total pago foi de R\$799 mil, 65% menor do que no ano anterior em função do término das concessões em 2016 das usinas Cedros, Salto, Bracinho e Palmeiras e no segundo semestre de 2017 da usina Pery.

Em 31 de dezembro de 2017 o respectivo saldo passivo é de R\$174 mil com vencimento até setembro de 2018, R\$55 mil referente à UHE Caveiras e R\$119 mil referente à PCH Celso Ramos. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 7,9%.

Os montantes, por Usina, recolhidos em 2017 e 2016 foram:

Usinas	Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
UHE Cedros (i)	-	284
UHE Salto (i)	-	221
UHE Bracinho (i)	-	336
UHE Palmeiras (i)	-	434
UHE Pery (ii)	530	760
UHE Caveiras	84	79
PCH Celso Ramos	185	175
Total	799	2.289

(i) Em 2016 as parcelas de UBP foram recolhidas até o término do contrato da antiga concessão.

(ii) As parcelas foram pagas até julho de 2017, quando finalizou o Contrato de Concessão. A partir do novo Contrato de Concessão não há obrigatoriedade de pagamento de UBP.

20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Ativo	641.806	514.870
Passivo	(9.613)	(7.859)
Tributo Diferido Líquido	632.193	507.011

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	201.716	116.445	-	-	201.716	116.445
Provisão para Perdas em Ativos	74.478	63.557	-	-	74.478	63.557
Benefício Pós-Emprego	513.459	361.153	-	-	513.459	361.153
Custo Atribuído	-	-	9.081	11.520	(9.081)	(11.520)
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	58.276	60.395	(58.276)	(60.395)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	71.805	74.417	(71.805)	(74.417)
Parcela A - CVA	-	215.992	-	91.092	-	124.900
Bonificação de Outorga	10.958	3.040	29.007	15.132	(18.049)	(12.092)
Outras Provisões	-	-	249	620	(249)	(620)
	800.611	760.187	168.418	253.176	632.193	507.011

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Resultados ANEEL 2018-2022, deliberado na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 29 de agosto de 2017, tendo como objetivo definir e apresentar as ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no Contrato de Concessão das usinas.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$256,6 milhões está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2017 são:

Ano	31 de dezembro 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016
2017	-	209.936
2018	146.674	171.335
2019	104.171	59.155
2020	91.448	60.286
Acima de 2021	458.318	259.475
Total	800.611	760.187

c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	43.832
(-) Baixa do Custo Atribuído	(32.530)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	11.060
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.362
(-) Baixa do Custo Atribuído	(7.173)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	2.439
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.628

d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	287.577
(+) Adição do Passivo Atuarial	201.304
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(68.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	420.438
(+) Adição do Passivo Atuarial	430.759
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(146.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	704.738

e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e a CSLL	66.485	(9.817)	156.156	(26.553)
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(22.605)	3.338	(53.093)	9.028
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	32.325	4.535	3.251	13.744
Benefício Fiscal	-	-	(47)	(1.875)
Incentivo Fiscal	-	(4)	802	9.079
Juro Sobre Capital Próprio	-	(1.085)	-	(1.085)
Provisões Indedutíveis	(670)	(670)	(670)	(670)
Multas Indedutíveis	-	-	(4.891)	(4.572)
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(9.453)	(6.030)	(9.453)	(6.030)
Participação dos Administradores	(54)	(183)	(103)	(232)
Depreciação/Baixas VNR	-	-	-	(13)
Perdas Não Técnicas	-	-	(26.211)	-
Outras Adições (Exclusões)	457	99	744	(638)
	-	-	(89.671)	16.736
Corrente	-	-	(68.395)	(207.877)
Diferido	-	-	(21.276)	224.613
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	57,42%	63,03%

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
IRPJ	-	-	15.096	1.790
CSLL	-	-	4.736	1.354
Total a pagar	-	-	19.832	3.144
(-) Tributos a compensar	2.055	2.813	29.831	76.359
Total	2.055	2.813	9.999	73.215

a) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela Lei Federal nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, normatizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por meio da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB, nº 1.711, de 16 de junho de 2017, tendo posterior alteração realizada pela Instrução Normativa RFB nº 1.733, de 31 de agosto de 2017, Instrução Normativa RFB nº 1.748, de 29 de setembro de 2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.752, de 25 de outubro de 2017.

Após análise das opções descritas na Lei, a Companhia optou pela modalidade descrita no inciso III, alínea “a” do artigo 3º da Lei Federal nº 13.496/17.

Considerando os benefícios da Lei, esses valores foram registrados contabilmente, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	14.816
(+) Atualizações	2
(-) Amortizações no período	(742)
(-) Benefícios da Lei	(8.170)
Em 31 de dezembro de 2017	5.906

Em atendimento ao artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017, enquanto não consolidado o parcelamento, o sujeito passivo deverá recolher mensalmente o valor relativo às parcelas, calculado de acordo com a modalidade pretendida dentre as previstas no artigo 3º Lei Federal nº 13.496/17.

21.2. Outros Tributos e Contribuição Social

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
ICMS	-	-	132.472	107.032
PIS e COFINS	4	306	44.574	40.761
IRPJ e CSLL	-	-	19.832	4.302
Outros	73	71	11.945	6.421
Circulante	77	377	208.823	158.516

22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Empregados a Disposição	1.062	1.037
Materiais e Serviços	230	43
	1.292	1.080

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Energia Elétrica	427.078	483.833
Encargos de Uso da Rede Elétrica	91.820	41.503
Materiais e Serviços	97.665	97.386
Empregados a Disposição	1.062	1.037
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	213.957	1.341
	831.582	625.100

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. Este valor, no caso das distribuidoras, envolve além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico.

No ano de 2017 a Celesc D teve impacto decorrente da queda da GSF em comparação com 2016, esta variação levou a distribuidora a arcar com elevados custos de risco hidrológico e um aumento expressivo do despacho de térmicas, que são contratados pela distribuidoras por meio de CCEARs por disponibilidade (CCEAR-DP).

Devido ao maior despacho de térmicas e a redução do GSF, a Celesc D verificou um aumento de pagamentos significativos no Efeito Hidrológico de Itaipu – EC-IT, Efeito Hidrológico de Cota de Garantia Física – ECCGF e Efeito de Contratação Disponibilidade – ECD. Ressalta-se que todos estes valores são compensados por meio do ativo financeiro –CVA e suas variações não trazem impacto ao resultado da companhia.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem três classificações distintas: a) Empréstimos Bancários, b) Empréstimos da Eletrobrás e c) Empréstimos Tipo Finame, estes são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	64.263	235.157
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	30.565	56.316
Finame (c)	2,5 a 9,5 a.a.	35.638	41.558
Total		130.466	333.031
Circulante		88.057	202.996
Não Circulante		42.409	130.035

a) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a duas contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

A primeira contratação, no valor de R\$300,0 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final está prevista para junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R\$100,0 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final ocorreu em janeiro de 2018.

b) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

c) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Ano 2018 - 1T - 3T	-	76.815
Ano 2018 -4T	-	10.968
Ano 2019	17.383	17.349
Ano 2020	9.307	9.274
Ano 2021	6.294	6.260
Ano 2022+	9.425	9.369
	42.409	130.035

Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Em 31 de dezembro de 2016	202.996	130.035	333.031
Ingressos	-	202	202
Encargos Provisionados	23.953	-	23.953
Transferências	87.828	(87.828)	-
Amortizações de Principal	(201.765)	-	(201.765)
Pagamentos de Encargos	(24.955)	-	(24.955)
Em 31 de dezembro de 2017	88.057	42.409	130.466

24. DEBÊNTURES

24.1. Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30 mil Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

A primeira parcela de amortização no valor de R\$100 milhões foi paga em seu vencimento e, até 31 de dezembro de 2017, foram pagos R\$166,5 milhões de juros remuneratórios, sendo R\$30,5 milhões apenas nesse último ano.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

24.2. Debêntures – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150 milhões em uma única série, constituída por 15 mil Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil.

As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento em março de 2018, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios correspondem a 125% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI e são pagos trimestralmente.

Os juros pagos no ano de 2017 totalizaram R\$18.038, enquanto que no ano de 2016 o montante desembolsado foi de R\$19.023, decorrente das variações do CDI.

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

A Celesc G tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar no vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

a) Movimentação das Debêntures:

Descrição	Consolidado
	Total
Em 31 de dezembro de 2016	454.760
Atualização Monetária	44.987
Pagamentos Encargos	(49.530)
Pagamento Principal	(99.990)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	365
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	1.624
Em 31 de dezembro de 2017	352.216
Circulante	252.333
Não Circulante	99.883

b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Ano 2017:		
1T/2017	-	497
2T/2017	-	497
3T/2017	-	497
4T/2017	-	497
Ano 2018:		
1T/2018	362	362
2T/2018	91	91
3T/2018	91	91
4T/2018	91	91
Ano 2019:		
1T/2019	91	91
2T/2019	46	46
Total	772	2.760

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31 de dezembro 2016	Pagamentos	Total das Variações no Fluxo de Financiamento	Controladora	
				Variações não caixa (i)	31 de dezembro 2017
Dividendos e JCP	1.736	(1.225)	(1.225)	15.790	16.301
Total	1.736	(1.225)	(1.225)	15.790	16.301

Descrição	31 de dezembro 2016	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações no Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Consolidado	
						Variações não caixa (i)	31 de dezembro 2017
Empréstimos e Financiamentos	333.031	202	(201.765)	(201.563)	(24.955)	23.953	130.466
Debêntures	454.760	-	(99.990)	(99.990)	(49.530)	46.976	352.216
Dividendos e JCP	1.736	-	(1.225)	(1.225)	-	15.790	16.301
Total	789.527	202	(302.980)	(302.778)	(74.485)	86.719	498.983

(i) No exercício de 2017 foram destinados dividendos no montante R\$15.790. Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$23.953 e de Debêntures R\$44.987. As custas com emissão de debêntures incorridas no exercício de 2017 somaram R\$1.989.

(ii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Descrição	31 de dezembro 2015	Pagamentos	Total das Variações no Fluxo de Financiamento	Controladora	
				Variações não caixa (i)	31 de dezembro 2016
Dividendos e JCP	31.499	(28.872)	(28.872)	(891)	1.736
Total	31.499	(28.872)	(28.872)	(891)	1.736

Descrição	31 de dezembro 2015	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações no Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Consolidado	
						Variações não caixa (i)	31 de dezembro 2016
Empréstimos e Financiamentos	542.174	11.106	(219.373)	(208.267)	(58.579)	57.703	333.031
Debêntures	600.731	151.850	(300.000)	(148.150)	(99.466)	101.645	454.760
Dividendos e JCP	31.499	-	(28.872)	(28.872)	-	(891)	1.736
Total	1.174.404	162.956	(548.245)	(385.289)	(158.045)	158.457	789.527

(i) A Companhia efetuou a retenção de dividendos no montante de R\$7.098, referentes ao exercício de 2015, a serem recebidos pelo acionista majoritário para abatimento do débito referente a participação na construção de Rede Subterrânea (Nota 16). Em 2016 também houve destinação de dividendos adicionais do exercício de 2015, no valor de R\$6.207.

Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$57.703 e de Debêntures R\$98.778. As custas com emissão de debêntures incorridas no exercício de 2017 somaram R\$2.867.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	1.051	964
Provisão de Férias e Encargos Sociais	674	674
Folha de Pagamento Líquida	377	290
Total	1.051	964

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Circulante	200.623	183.326
Provisão de Férias e Encargos Sociais	125.195	123.576
PDV 2012	11.713	33.859
PDI 2016	44.172	7.513
Consignações em Favor de Terceiros	10.207	10.409
Provisão PLR	8.611	7.309
Folha de Pagamento Líquida	725	660
Não Circulante	41.060	25.600
PDV 2012	-	16.930
PDI 2016	41.060	8.670
Total	241.683	208.926

a) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de dezembro de 2017 a Celesc D havia quitado o débito com 561 beneficiários.

b) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

Para o PDI 2017 se desligaram efetivamente, até dezembro de 2017, 122 empregados gerando R\$72,8 milhões de despesa com pessoal. Esta edição de 2017 segue com os desligamentos até o mês de maio de 2018, onde o total de saídas poderá chegar a 186 (6% do quadro efetivo atual).

Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31 de dezembro 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Programa de Eficiência Energética – PEE	160.699	162.351
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.498	19.704
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	90.615	77.487
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.562.138	2.192.302
Uso do Bem Público	174	753
Outros (ii)	1.101	1.209
Total	2.834.225	2.453.806
Circulante	2.677.615	2.298.120
Não Circulante	156.610	155.686

(i) A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.204, de 07 de março de 2017, retificou a Resolução Homologatória nº 2.202, de 07 de fevereiro de 2017, homologando as cotas de CDE Uso no valor mensal de R\$41.064 e as cotas de CDE Energia no valor mensal de R\$47.093, para o exercício de 2017.

O Decreto Federal nº 9.022, de 31 de março de 2017, em seu artigo 33, estabeleceu que o orçamento, a gestão e a movimentação da CDE, da CCC e da RGR serão de responsabilidade da Eletrobras até 30 de abril de 2017 ou até a decisão da ANEEL que atestar a transferência dessas responsabilidades para a Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Setorial da CDE, entre a Celesc D e a CCEE, em que o saldo devedor é reflexo de compensações de valores devidos pela CDE (Nota 12), contra obrigações da Celesc D junto ao Fundo CDE, originando em um saldo devedor de R\$1.164.387 em 30 de junho de 2017. Em 31 de dezembro o saldo devedor era de R\$970.154.

A parcela incontroversa da atualização monetária definida no Termo de Parcelamento dos saldos a receber e a pagar gerou, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 e despesa financeira de R\$179.481, originando um resultado financeiro líquido negativo de R\$170.048. No período de 12 meses o resultado financeiro líquido foi de R\$213.608.

O saldo devedor será pago pela Celesc D em 30 (trinta) prestações mensais, iguais e consecutivas, não devendo ultrapassar dezembro de 2019, cada uma no valor de R\$38.877, vencendo a primeira no dia 26 de julho de 2017 e as demais, sucessivamente, todo o dia 10 do mês, acrescidas mensalmente pela variação da taxa selic. Até 31 de dezembro a Empresa pagou o valor de R\$135.633, sendo R\$233.264 de amortização do principal e R\$4.530 de juros.

(ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

a) Contingências Prováveis

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Contingências:				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	1.619	1.486	41	29
Cíveis	5.705	5.472	21	51
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	17.623	17.257	6.499	6.517

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Contingências:				
Tributárias (i)	3.745	3.744	59.791	60.504
Trabalhistas (ii)	49.111	40.105	64.095	46.480
Cíveis (iii)	59.326	31.239	134.191	114.583
Regulatórias (iv)	49.248	49.248	358.700	353.504
Ambientais (v)	-	-	2.157	23.048
	161.430	124.336	618.934	598.119

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	17.257	6.517	124.336	598.119
Adições	762	2.143	130.990	113.396
Baixas	(396)	(2.161)	(93.896)	(92.581)
Em 31 de dezembro de 2017	17.623	6.499	161.430	618.934

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem

como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela empresa.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/16 seja revista. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

Em junho de 2017 a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do Passivo Financeiro (Circulante) para Provisão de Contingência Regulatória, reapresentando os valores correspondentes conforme mencionado na Nota 4.2, por considerar que se trata de medida judicial ajuizada, sendo que o tema ainda permanece em discussão na esfera judicial.

Recentemente, após apreciação da manifestação da ANEEL nos autos da Ação Judicial, a juíza titular do processo, proferiu nova decisão reforçando a liminar deferida, motivando nova apreciação, ainda em curso, relativamente a contingência registrada.

v) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

b) Contingências Possíveis

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Tributárias (i)	4.361	34.291
Trabalhistas (ii)	34.269	16.763
Cíveis (iii)	121.441	115.983
Regulatórias (iv)	110.301	109.053
Ambientais (v)	47.359	22.638
	317.731	298.728

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Planos Previdenciários	1.179.848	870.307
Plano Misto/Transitório (a)	1.179.848	870.307
Outros Benefícios a Empregados	698.130	621.946
Plano Celos Saúde (b)	652.231	582.150
Outros Benefícios (c)	45.899	39.796
Total	1.877.978	1.492.253
Circulante	139.305	120.940
Não Circulante	1.738.673	1.371.313

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Reconciliação do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldo 31 de dezembro de 2016	1.711.178	743.566	656.189	8.508	39.836
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	5.704	-	(45.933)	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	189.060	79.955	70.672	1.931	4.599
Benefícios Pagos no ano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)	(3.338)
Contribuições de Participante Vertida no ano	51.972	21.957	30.765	-	-
Obrigações Ganho/Perda	51.617	22.565	56.746	(1.489)	4.772
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869

b) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2016	408.843	461.464	582.150	(40)	39.836
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869
Benefícios Concedidos	1.668.910	775.955	583.440	235	45.412
Benefícios a Conceder	202.064	-	116.671	8.480	457
Valor Justo dos Ativos	(1.186.999)	(280.082)	(47.880)	(8.685)	-
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2017	683.975	495.873	652.231	30	45.869

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2016	1.302.335	282.102	74.039	8.548
Benefícios Pagos no Ano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	51.972	21.957	30.765	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	43.425	22.669	41.749	-
Juros sobre Ativo	145.537	30.620	7.980	968
Ganho/Perda sobre os Ativos	(217.713)	14.822	(38.325)	(596)
Em 31 de dezembro de 2017	1.186.999	280.082	47.880	8.685

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Plano Transitório	32.177	46.997
Plano Misto	34.809	40.024
PDVI 2012	3.618	9.909
Plano Médico	38.934	33.185
Outros	5.563	5.116
	115.101	135.231
Despesa Pessoal	73.047	71.580
Despesa Financeira	42.054	63.651
	115.101	135.231

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	2017	2016 (Reapresentado)
Taxa nominal de desconto	Plano Transitório: 10,02%	Plano Transitório: 11,53%
	Plano Misto: 9,97%	Plano Misto: 11,55%
	Plano Médico: 10,13%	Plano Médico: 11,55%
Taxa Nominal Esperada de Retorno dos Ativos	Plano Transitório: 10,02%	Plano Transitório: 11,53%
	Plano Misto: 9,97%	Plano Misto: 11,55%
	Plano Médico: 10,13%	Plano Médico: 11,55%
Taxa nominal de Crescimento Salarial	7,55%	8,59%
Taxa de Inflação Futura	4,50%	5,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (HCCTR)	3,75%	3,75%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos por Faixa Etária (aging factor)	2,50%	2,50%
Taxa de Rotatividade	Experiência Celos	Experiência Celos
Taxa Real de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	NULA	NULA
Indexador de Reajuste de Salários/Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários/Benefícios	98,00%	98,00%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Mortalidade Geral	AT-2000 Male	AT-2000 Male
Mortalidade de Inválidos	AT- 1983 Male	AT- 1983 Male
Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2018

A estimativa da despesa para o exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

Consolidado	
Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2018
Plano Transitório	25.244
Plano Misto	4.817
Plano Pecúlio	862
Plano Médico	36.015
Outros Benefícios	4.595
	71.533

h) Movimentação do Passivo Atuarial

Consolidado					
Descrição	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total (Reapresentado)
Em 31 dezembro de 2016	870.307	582.150	(40)	39.836	1.492.253
Custo do Serviço	5.704	(48.150)	-	-	(42.446)
Juros sobre Passivo/Ativo Líquido	92.859	64.910	963	4.599	163.331
Efeitos de Remensuração reconhecidos em ORA	277.072	95.070	(893)	4.772	376.021
Contribuições pagas pela Empresa	(66.094)	(41.749)	-	-	(107.843)
Benefícios Pagos	-	-	-	(3.338)	(3.338)
Em 31 dezembro de 2017	1.179.848	652.231	30	45.869	1.877.978

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de dezembro de 2017					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo Investimento Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração L. Par Fundo de Investimentos	257.600	1,66	2.431.600	10,55	2.689.200	6,98
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	-	3.091.200	13,41	3.091.200	8,01
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.536.782	50,06	12.529.734	32,49
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(687.109) em 31 de dezembro de 2017 e R\$(398.075) em 31 de dezembro de 2016, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Custo Atribuído – Celesc G	17.629	22.363
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(704.738)	(420.438)
	(687.109)	(398.075)

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

c) Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação

O cálculo do Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi baseado no lucro (prejuízo) líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão das Demonstrações Financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro (prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído

	Controladora	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Média Ponderada de Ações (milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	1,6265	(0,2402)
Ações Preferenciais Nominativas – PN	1,7891	(0,2642)
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	25.255	(3.729)
Ações Preferenciais Nominativas – PN	41.230	(6.088)
	66.485	(9.817)

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

e) Dividendos

A proposta de dividendos é calculada com pay-out de 30% praticado pela Companhia. A parcela excedente ao mínimo obrigatório de 25% é registrada no patrimônio líquido e sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, estando assim demonstrada:

	Controladora	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	66.485	(9.817)
(-) Constituição de Reserva Legal	(3.324)	-
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	63.161	(9.817)
Dividendos Propostos (Pay-out praticado 30%)	18.948	-
Mínimo Obrigatório (25%)	15.790	-
(+) Saldo de Dividendos a Pagar de Exercícios Anteriores	511	1.736
Saldo de dividendos a pagar	16.301	1.736
Dividendos a Disposição da AGO (5%)	3.158	-

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	30.12.2016 a 29.12.2017	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2017 à 14.05.2018	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos

exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

31 de dezembro de 2017					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	6.947.678	148.877	(5.320)	7.091.235
Custo das Vendas	-	(6.174.779)	(42.341)	5.320	(6.211.800)
Resultado Operacional Bruto	-	772.899	106.536	-	879.435
Despesas com Vendas	-	(243.905)	(7.043)	-	(250.948)
Despesas Gerais e Administrativas	(29.447)	(336.196)	(14.826)	-	(380.469)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.953)	47.222	2.347	-	47.616
Resultado de Equivalência Patrimonial	95.074	-	(3.209)	(82.302)	9.563
Resultado das Atividades	63.674	240.020	83.805	(82.302)	305.197
Receitas Financeiras	2.870	287.974	11.689	(5.227)	297.306
Despesas Financeiras	(59)	(431.281)	(20.234)	5.227	(446.347)
Resultado Financeiro, líquido	2.811	(143.307)	(8.545)	-	(149.041)
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	66.485	96.713	75.260	(82.302)	156.156
IRPJ e CSLL	-	(63.371)	(26.300)	-	(89.671)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	66.485	33.342	48.960	(82.302)	66.485
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.867.664	8.114.164	624.605		
Total dos Passivos	25.426	7.061.245	198.725		

31 de dezembro de 2016					
Descrição	Controladora	Celesc D (Reapresentado)	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	-	5.985.666	125.885	(2.811)	6.108.740
Custo das Vendas	-	(5.531.729)	(55.226)	2.811	(5.584.144)
Resultado Operacional Bruto	-	453.937	70.659	-	524.596
Despesas com Vendas	-	(199.137)	(11.418)	-	(210.555)
Despesas Gerais e Administrativas	(24.265)	(297.713)	(13.148)	-	(335.126)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(2.059)	64.746	11.735	-	74.422
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.337	-	(301)	27.387	40.423
Resultado das Atividades	(12.987)	21.833	57.527	27.387	93.760
Receitas Financeiras	3.222	356.319	10.306	(2.227)	367.620
Despesas Financeiras	(52)	(461.356)	(28.752)	2.227	(487.933)
Resultado Financeiro, líquido	3.170	(105.037)	(18.446)	-	(120.313)
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	(9.817)	(83.204)	39.081	27.387	(26.553)
IRPJ e CSLL	-	30.674	(13.938)	-	16.736
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(9.817)	(52.530)	25.143	27.387	(9.817)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.086.725	7.722.620	569.616		
Total dos Passivos	10.882	6.410.824	179.874		

31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	8.362.136	8.600.675
Suprimento de Energia Elétrica (a)	322.275	223.571
Disponibilização da Rede Elétrica	705.508	574.991
Atualização VNR	2.328	7.730
Receita de Financeira	40.808	44.506
Renda de Prestação de Serviços	2.595	2.123
Energia Elétrica de Curto Prazo	481.021	606.625
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	473.134	(586.088)
Outras Receitas Operacionais	13.314	11.729
Doações e Subvenções (i)	624.883	588.412
Receita de Construção	441.025	411.828
	11.469.027	10.486.102
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.901.511)	(1.988.137)
PIS	(176.441)	(163.132)
COFINS	(812.698)	(751.398)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(302)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.133.196)	(1.267.175)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(33.314)	(28.177)
Programa Eficiência Energética – PEE	(32.522)	(27.831)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(6.886)	(6.592)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(836)	(1.352)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(280.388)	(143.266)
	(4.377.792)	(4.377.362)
Receita Operacional Líquida – ROL	7.091.235	6.108.740

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017.

O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no exercício de 2017 foi de R\$606.423. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$18.460.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Residencial	2.271.604	2.213.215	5.527.718	5.362.344	3.260.163	3.156.386
Industrial	103.605	102.304	9.976.659	9.565.551	1.809.640	2.193.407
Comercial	263.045	255.146	4.038.573	3.849.045	2.065.559	2.118.429
Rural	234.545	234.604	1.437.752	1.338.176	550.149	490.672
Poder Público	22.791	22.472	435.802	425.767	261.628	256.053
Iluminação Pública	750	685	634.969	605.602	236.896	215.324
Serviço Público	3.227	3.164	350.486	338.814	178.101	170.404
Total do Fornecimento	2.899.567	2.831.590	22.401.959	21.485.299	8.362.136	8.600.675
Suprimento de Energia	101	107	2.261.740	2.121.817	322.275	223.571
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	40.808	44.506
Total	2.899.668	2.831.697	24.663.699	23.607.116	8.725.219	8.868.752

(i) Informações não auditadas

31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	31 de dezembro de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	5.044.881	-	-	-	5.044.881
Pessoal (b)	410.321	181.787	63.768	12.996	668.872
Administradores	-	8.808	-	-	8.808
Despesa Atuarial	-	73.047	-	-	73.047
Entidade de Previdência Privada (b)	20.007	7.612	3.181	-	30.800
Material	8.741	7.482	-	-	16.223
Custo de Construção	441.025	-	-	-	441.025
Custos e Serviços de Terceiros	75.375	64.570	49.691	504	190.140
Depreciação e Amortização	190.071	26.004	-	1.971	218.046
Provisões Líquidas	-	-	54.167	603	54.770
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	600	600
Arrendamentos e Aluguéis	2.162	19.466	605	(92.660)	(70.427)
Outros Custos e Despesas (c)	19.096	(8.186)	79.536	28.370	118.816
	6.211.679	380.590	250.948	(47.616)	6.795.601

Descrição	31 de dezembro de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.502.071	-	-	-	4.502.071
Pessoal (b)	350.975	143.597	57.366	16.806	568.744
Administradores	-	6.787	-	-	6.787
Despesa Atuarial	-	71.580	-	-	71.580
Entidade de Previdência Privada (b)	19.310	6.900	2.897	-	29.107
Material	14.509	5.172	1	-	19.682
Custo de Construção	411.828	-	-	-	411.828
Custos e Serviços de Terceiros	70.498	67.460	56.178	492	194.628
Depreciação e Amortização	203.231	30.374	-	1.971	235.576
Provisões Líquidas	(6.358)	-	51.789	(70.049)	(24.618)
Taxa de Fiscalização ANEEL	1.859	11.553	488	-	13.900
Outros Custos e Despesas	16.221	(8.297)	41.836	(23.642)	26.118
	5.584.144	335.126	210.555	(74.422)	6.055.403

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de dezembro 2017	GWh (i)	31 de dezembro 2016	GWh (i)
Aliança Geração de Energia S.A.	27.903	166	8.836	277
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	675.753	3.715	734.029	4.194
Tractebel Energia S.A.	276.439	1.298	428.187	2.401
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	53.604	277	56.784	277
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	398.223	1.821	298.140	1.826
Companhia Energética de Petrolina – CEP	53.833	200	34.696	201
SJC Bioenergia Ltda.	8.309	37	7.778	37
Serra do Facão Energia S.A.	19.618	93	18.407	93
Furnas Centrais Elétricas S.A.	118.051	1.069	219.690	1.689
Cemig Geração e Transmissão S.A.	162.512	1.205	180.229	863
Companhia Energética Potiguar	11.176	134	37.637	134
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	12.950	164	14.342	196
Companhia Energética de São Paulo – CESP	58.608	286	113.506	837
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	-	111.323	720
Energética Suape II S.A.	69.251	203	51.804	204
ECE Participações S.A.	7.707	56	6.527	50
Eletrobras Termonuclear S.A.	145.642	705	129.100	707
Enguia Gen Ba Ltda – Jaguarari	7.324	119	8.142	137
Porto do Pecem Geração de Energia	111.855	472	91.510	473
Usina Xavantes S.A – Aruanã	6.439	37	-	-
Lages Bioenergética Ltda.	12.561	48	49.549	193
Foz do Chapecó Energia S.A.	41.999	199	39.396	199
Companhia Energética Estreito	39.910	197	37.537	197
Candeias Energia S.A.	9.326	33	5.912	33
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	48.484	242	43.468	242
Geradora de Energia do Norte S.A.	10.659	37	6.850	37
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	10.465	50	9.816	50
Linhares Geração S.A.	13.962	33	10.171	33
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	12.638	37	8.407	38
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	15.145	67	14.176	67
Centrais Elétricas Norte do Brasil	-	-	5.406	26
Rio PCHI S.A.	11.052	52	10.365	53
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	10.007	50	9.387	50
Ceb Geração S.A.	-	-	5.287	34
Cia Estadual de Energia Elet. – CEEE	-	-	5.443	61
Usina Santa Isabel S/A	-	-	5.679	26
Empresa Energética Porto das Pedras	10.525	50	9.872	50
Energest S.A.	7.942	40	7.304	40
Santa Fé Energia S.A.	8.103	38	7.469	38
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	15.503	134	41.766	280
Gestamp Eólica Macambira S.A.	7.166	16	-	-
Norte Energia S/A	88.577	994	24.033	293
Orteng Energia Ltda	-	-	5.121	28
Cia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf	38.004	1.293	22.961	818
Santo Antônio Energia S.A.	142.610	1.137	141.532	1.208
Rio Paraná Energia S.A.	62.788	442	43.237	193
Outros	145.926	1.036	122.815	990
	2.988.549	18.282	3.243.626	20.593
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	1.342.260	(240)	652.634	(1.805)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	590.613	-	441.469	-
Proinfa	146.843	389	164.342	407
Recuperação de Custos	(23.384)	-	-	-
	2.056.332	149	1.258.445	(1.398)
	5.044.881	18.431	4.502.071	19.195

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Pessoal				
Remunerações	16.077	13.226	309.907	289.518
Encargos Sociais	301	269	96.198	116.661
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	31.967	15.204
Benefícios Assistenciais	-	2	41.011	39.425
Provisões e Indenizações	66	82	189.661	107.737
Outros	66	156	128	201
Entidade de Previdência Privada	-	-	30.800	29.105
	16.510	13.735	699.672	597.851

c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R\$46.319, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R\$25.768 como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira.

31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	1.388	2.370	82.597	128.012
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	109.772	97.659
Variações Monetárias	-	2	25.833	46.812
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	50.820	76.606
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	1.200	-
Deságio Fornecedor	-	-	386	257
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	12.650	28.789
Renda de Dividendos	1.327	372	1.327	372
Ganho com Valor Justo – Casan	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	3.190	-	3.190
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	-	(3.190)	-	(3.190)
Reversão da provisão para perdas de Ativo Financeiro	-	-	2.984	-
Outras Receitas Financeiras	231	926	24.390	7.440
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(76)	(448)	(14.653)	(18.327)
	2.870	3.222	297.306	367.620
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(23.954)	(57.703)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(42.054)	(63.651)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	-	(718)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(9.723)	(18.968)
Variações Monetárias	-	-	(661)	(2.180)
Amortização do Ágio	-	-	-	-
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(23.070)	(31.012)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(52.036)	(156.913)
Atualização CDE	-	-	(223.041)	-
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(46.976)	(101.645)
Atualização Bonificação de Outorga	-	-	-	(5.383)
Outras Despesas Financeiras	(59)	(52)	(24.832)	(49.760)
	(59)	(52)	(446.347)	(487.933)
Resultado Financeiro	2.811	3.170	(149.041)	(120.313)

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

32.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Circulante	3.712.219	3.655.102
Caixa e Equivalentes de Caixa	462.466	880.887
Contas a Receber de Clientes	1.381.421	1.233.453
Estoques	9.549	9.834
Tributos a Recuperar	73.310	118.866
Outros	1.785.473	1.412.062
Não Circulante	4.401.945	4.067.518
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.237.326	1.020.564
Contas a Receber de Clientes	35.380	31.497
Tributos Diferidos	641.806	514.870
Tributos a Recuperar	18.217	17.751
Depósitos Judiciais	143.465	106.930
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	394.934	346.620
Outros	3.524	2.896
INTANGÍVEL	3.164.619	3.046.954
Total do Ativo	8.114.164	7.722.620

Passivo	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Circulante	4.349.039	3.798.963
Fornecedores	828.637	617.775
Empréstimos e Financiamentos	88.057	202.996
Debêntures	101.648	105.243
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	199.630	182.415
Tributos a Recolher	189.463	154.686
Dividendos Propostos	7.919	-
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	45.454	-
Taxas Regulamentares	2.677.229	2.297.196
Partes Relacionadas	19.732	17.016
Passivo Atuarial	139.247	120.887
Passivo Financeiro – Parcela A	4.638	51.960
Outros	47.385	48.789
Não Circulante	2.712.206	2.611.861
Empréstimos e Financiamentos	42.409	130.035
Debêntures	99.883	199.498
Taxas Regulamentares	154.583	153.991
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	41.060	25.600
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	-	40.227
Passivo Atuarial	1.738.673	1.371.313
Provisão para Contingências	611.433	590.663
Passivo Financeiro – Parcela A	21.689	98.059
Outros	2.476	2.475
Patrimônio Líquido	1.052.919	1.311.796
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	704.067	678.644
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(704.738)	(420.438)
Total do Passivo	8.114.164	7.722.620

32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Receita Operacional Líquida – ROL	6.947.678	5.985.666
Receita de Serviço de Energia Elétrica	6.506.653	5.573.838
Receita de Construção	441.025	411.828
Custos de Vendas/Serviços Prestados	(6.174.658)	(5.531.729)
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.032.560)	(4.487.119)
Custo dos Serviços Prestados	(701.073)	(632.782)
Custo de Construção	(441.025)	(411.828)
Resultado Operacional Bruto	773.020	453.937
Despesas Operacionais	(533.000)	(432.104)
Despesas com Vendas	(243.905)	(199.137)
Despesas Gerais e Administrativas	(336.317)	(297.713)
Outras Despesas Operacionais	47.222	64.746
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	240.020	21.833
Resultado Financeiro	(143.307)	(105.037)
Receitas Financeiras	287.974	356.319
Despesas Financeiras	(431.281)	(461.356)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	96.713	(83.204)
IRPJ e CSLL	(63.371)	30.674
Diferido	(43.849)	(201.471)
Corrente	(19.522)	232.145
Lucro (Prejuízo) do Exercício	33.342	(52.530)

32.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	8.327.161	8.555.903
Suprimento de Energia Elétrica (a)	237.144	175.944
Ativos e Passivos Financeiros	473.134	(586.088)
Disponibilização da Rede Elétrica	707.809	577.372
Energia de Curto Prazo	481.021	606.625
Doações e Subvenções	624.883	588.412
Receita de Construção	441.025	411.828
Atualização Ativo Financeiro – VNR	2.328	7.730
Outras Receitas Operacionais	15.909	13.852
	11.310.414	10.351.578
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.901.511)	(1.988.137)
PIS	(174.102)	(161.503)
COFINS	(801.923)	(743.893)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.133.196)	(1.267.175)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(32.522)	(27.831)
Programa Eficiência Energética – PEE	(32.522)	(27.831)
Taxa de Fiscalização	(6.572)	(6.276)
Outros Encargos	(280.388)	(143.266)
	(4.362.736)	(4.365.912)
Receita Operacional Líquida – ROL	6.947.678	5.985.666

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Residencial	2.271.604	2.213.215	5.527.718	5.362.344	3.260.163	3.156.386
Industrial	103.592	102.284	9.827.009	9.299.509	1.780.955	2.148.635
Comercial	263.044	255.146	3.987.093	3.849.045	2.059.269	2.118.429
Rural	234.545	234.604	1.437.752	1.338.176	550.149	490.672
Poder Público	22.791	22.472	435.802	425.767	261.628	256.053
Iluminação Pública	750	685	634.969	605.602	236.896	215.324
Serviço Público	3.227	3.164	350.486	338.814	178.101	170.404
Total do Fornecimento	2.899.553	2.831.570	22.200.829	21.219.257	8.327.161	8.555.903
Suprimento de Energia	49	48	1.778.053	1.725.691	237.144	175.944
Total	2.899.602	2.831.618	23.978.882	22.944.948	8.564.305	8.731.847

(i) Informações não auditadas

32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de dezembro de 2017					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.055.944	-	-	-	5.055.944
Pessoal	405.022	154.376	63.473	12.996	635.867
Despesa Atuarial	-	73.047	-	-	73.047
Entidade Previdência Privada	20.007	7.612	3.181	-	30.800
Material	8.560	7.403	-	-	15.963
Custo de Construção	441.025	-	-	-	441.025
Custos e Serviços de Terceiros	70.375	59.678	49.184	504	179.741
Depreciação e Amortização	175.756	24.566	-	-	200.322
Provisões Líquidas	-	-	47.998	3.650	51.648
Outros Custos e Despesas	(2.031)	9.635	80.069	(64.372)	23.301
	6.174.658	336.317	243.905	(47.222)	6.707.658

31 de dezembro de 2016					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.487.119	-	-	-	4.487.119
Pessoal	345.291	121.245	57.092	16.806	540.434
Despesa Atuarial	-	71.580	-	-	71.580
Entidade Previdência Privada	19.310	6.898	2.897	-	29.105
Material	14.396	4.956	1	-	19.353
Custo de Construção	411.828	-	-	-	411.828
Custos e Serviços de Terceiros	65.834	63.252	55.681	492	185.259
Depreciação e Amortização	168.280	28.936	-	-	197.216
Provisões Líquidas	-	-	41.206	(58.360)	(17.154)
Outros Custos e Despesas	19.671	846	42.260	(23.684)	39.093
	5.531.729	297.713	199.137	(64.746)	5.963.833

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

33.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	126.612	84.194
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.080	18.591
Contas a Receber de Clientes	18.358	36.868
Estoques	183	172
Tributos a Recuperar	466	82
Ativo Financeiro	30.277	28.242
Outros	248	239
Não Circulante	497.993	485.422
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	291.814	277.093
Tributos a Recuperar	1.223	234
Depósitos Judiciais	342	149
Partes Relacionadas	45.942	40.715
Ativo Financeiro	241.886	233.574
Outros	2.421	2.421
INVESTIMENTOS	51.058	44.811
IMOBILIZADO	151.631	158.449
INTANGÍVEL	3.490	5.069
Total do Ativo	624.605	569.616

Passivo	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	186.083	21.275
Fornecedores	2.931	7.498
Debêntures	150.685	1.913
Tributos a Recolher	19.283	3.453
Taxas Regulamentares	386	924
Partes Relacionadas	1.103	1.257
Dividendos Propostos	11.628	5.971
Outros	67	259
Não Circulante	12.642	158.599
Debêntures	-	148.106
Tributos Diferidos	9.613	7.859
Provisão para Contingências	1.002	939
Taxas Regulamentares	2.027	1.695
Patrimônio Líquido	425.880	389.742
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	158.251	117.379
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17.629	22.363
Total do Passivo	624.605	569.616

33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Receita Operacional Líquida – ROL	148.877	125.885
Receitas de Vendas e Serviços	148.877	125.885
Custos de Vendas/Serviços Prestados	(42.341)	(55.226)
Custo das Mercadorias Vendidas	(17.641)	(17.763)
Custo dos Produtos Vendidos	(24.700)	(37.463)
Resultado Operacional Bruto	106.536	70.659
Despesas Operacionais	(22.731)	(13.132)
Despesas com Vendas	(7.043)	(11.418)
Despesas Gerais e Administrativas	(14.826)	(13.148)
Provisões, Líquidas	-	11.769
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	2.347	(34)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(3.209)	(301)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	83.805	57.527
Resultado Financeiro	(8.545)	(18.446)
Receitas Financeiras	11.689	10.306
Despesas Financeiras	(20.234)	(28.752)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	75.260	39.081
IRPJ e CSLL	(26.300)	(13.938)
Corrente	(24.546)	(6.406)
Diferido	(1.754)	(7.532)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	48.960	25.143

33.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Receita Operacional Bruta – ROB (i)		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	28.685	44.772
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	6.290	-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	61.859	34.673
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	26.291	13.384
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	40.808	44.506
	163.933	137.335
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	-	-
PIS	(2.339)	(1.629)
COFINS	(10.775)	(7.505)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(302)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(314)	(316)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(792)	(346)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(836)	(1.352)
	(15.056)	(11.450)
Receita Operacional Líquida – ROL	148.877	125.885

(i) Por meio da Resolução Homologatória nº 2.265 de 04 de julho de 2017, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, licitadas no Leilão nº 12/2015. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	Consolidado	
		RAG Ciclo 2017/2018	Receita Mensal Julho/2017 a Junho/2018
Garcia	Celesc G	9.428	786
Bracinho	Celesc G	12.199	1.017
Cedros	Celesc G	8.924	744
Palmeiras	Celesc G	18.659	1.555
Salto	Celesc G	6.341	528

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	13	20	149.650	266.042	28.685	44.772
Comercial, Serviços e Outros	1	-	51.480	-	6.290	-
Suprimento de Energia	52	59	479.880	377.158	61.859	34.673
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	3.807	18.968	26.291	13.384
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	40.808	44.506
Total	66	79	684.817	662.168	163.933	137.335

(i) Informações não auditadas.

33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de dezembro de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.340	-	-	-	15.340
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.301	-	-	-	2.301
Pessoal	5.299	10.901	295	-	16.495
Material	181	79	-	-	260
Custos e Serviços de Terceiros	5.000	1.745	507	-	7.252
Depreciação e Amortização	14.315	1.433	-	-	15.748
Seguros	300	151	-	-	451
Provisões Líquidas	-	-	6.169	(3.029)	3.140
Tributos	(295)	162	72	-	(61)
Aluguéis	-	289	-	-	289
Outros Custos e Despesas	(100)	66	-	682	648
	42.341	14.826	7.043	(2.347)	61.863

31 de dezembro de 2016

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.382	-	-	-	15.382
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.381	-	-	-	2.381
Pessoal	5.684	8.619	274	-	14.577
Material	113	216	-	-	329
Custos e Serviços de Terceiros	4.664	1.811	497	-	6.972
Depreciação e Amortização	34.951	1.433	-	-	36.384
Seguros	-	205	-	-	205
Provisões Líquidas	(6.358)	-	10.583	(11.769)	(7.544)
Tributos	(866)	135	64	-	(667)
Aluguéis	-	304	-	-	304
Outros Custos e Despesas	(725)	425	-	34	(266)
	55.226	13.148	11.418	(11.735)	68.057

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1. Programa de Desligamento Incentivado – PDI

Em 15 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a continuidade do Plano de Desligamento Incentivado – PDI com a abertura das inscrições entre 01 e 26 de março de 2018. A Celesc tem 1.139 empregados elegíveis a se inscrever, dentre estes, empregados classificados no grupo 4 que se inscreveram em 2016 e 2017 mas não tiveram sua inscrição homologada.

34.2. Repactuação da 1ª Emissão de Debêntures Simples pela Celesc G

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2018, autorizou a Diretoria Executiva assinar o mandato para rolagem com os atuais debenturistas da primeira emissão de debêntures simples da Celesc G e iniciar os procedimentos para preparação dos documentos e atos societários relativos a Repactuação da 1ª Emissão de Debêntures Simples pela Celesc G.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 01 de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento das debêntures da Celesc G de 03 de março de 2018 para 01 de junho de 2018. Mantem-se inalterado o pagamento dos juros remuneratórios das debêntures previstos para 03 de março de 2018, referente ao período de 03 de dezembro de 2017 a 03 de março de 2018, conforme previsto na Escritura de Emissão.

Os juros remuneratórios para o período de 03 de março de 2018 (inclusive) até a nova data de vencimento (exclusive) será de 100% da variação acumulada da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa ("Spread") de 2,5% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Adicionalmente, a Emissora pagará aos Debenturistas um prêmio no valor de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

Por fim, a Celesc G iniciou os procedimentos para preparação dos documentos e atos societários relativos à sua 2ª Emissão de Debêntures, que será destinada para quitação da 1ª Emissão de Debêntures, com alongamento de prazo de vencimento.

34.3. Captação de Recursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

A Celesc D está em negociação avançada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID com objetivo de captar recursos para seu plano de investimentos para os próximos 5 (cinco) anos.

O prazo da operação é de 25 anos e a taxa de juros estimada é de 2% a.a + *London Interbank Offered Rate* (libor). A Celesc D obteve recomendação favorável da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, para negociar com o BID o valor de US\$276,0 milhões com o aval da União para as obrigações financeiras.

Em 31 de outubro, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou a Lei que oferece a contragarantia ao empréstimo.

Em 21 de novembro as minutas contratuais já negociadas entre as partes foram aprovadas pelo Diretório do BID em Washington (USA). A etapa final do processo, prevista para ocorrer até o final

de março, será o encaminhamento formal pelo Presidente da República ao Senado Federal, que emitirá a lei autorizando o Ministro da Fazenda a assinar o contrato.

O Programa, no entanto, já está em execução desde a aprovação formal pelo Diretório, ou seja, os investimentos já estão sendo realizados conforme salvaguardas do BID.

34.4. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:

Plano Misto: do montante total de R\$363 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R\$181,5 milhões que passará a ser amortizado mensalmente a partir de março/18, pelo prazo de 16 (dezesesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Cumprе salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

34.5. Aquisição de Participação Acionária pela Energias do Brasil S.A. – EDP

Em 19 de dezembro de 2017, a Energias do Brasil S.A. – EDP, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, comprometendo-se a adquirir da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, acionista exclusiva do Angra Partners Volt FIA, 33,1% das ações ordinárias – ON, equivalentes a 5.140.868 (cinco milhões, cento e quarenta mil, oitocentas e sessenta e oito) ações, e 1,9% das ações preferenciais – PN, equivalentes a 437.807 (quatrocentas e trinta e sete mil, oitocentas e sete) ações, representando, em conjunto, 14,5% do total de ações de emissão desta Companhia, pelo preço de aquisição total de R\$230 milhões, atualizado pela variação positiva do CDI até a data da conclusão da Operação.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 24 de janeiro de 2018 e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 23 de fevereiro de 2018, pelo Ofício nº 344/2018, nos termos da Instrução SPC nº 31/2009, por constituir uma venda privada, por uma entidade fechada de previdência complementar, de ações de emissão de companhia aberta negociadas em bolsa de valores.

A EDP divulgou em 27 de março de 2018, uma Oferta Pública Voluntária – OPA Voluntária, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e do artigo 31 da Instrução CVM nº 361/ 2002, conforme alteradas, ao preço de R\$27,00 (vinte e sete reais) por ação, para adquirir até 7.374.000 (sete milhões, trezentas e setenta e quatro mil) PNs de emissão da Companhia em circulação no mercado (Ações Objeto da OPA), que correspondem, na presente data, a até 32% (trinta e dois por cento) do total das PNs de emissão da Celesc, sendo assegurado o rateio entre os acionistas, caso a oferta seja bem sucedida e a adesão seja superior ao número máximo das Ações Objeto da OPA a serem

adquiridas. O Preço das Ações Objeto da OPA será ajustado se houver a declaração e/ou pagamento de quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Companhia até a data do leilão da OPA Voluntária. O Edital prevê a realização do leilão em 26 de abril de 2018, às 16h, horário de São Paulo, por meio do Sistema Eletrônico de Negociação do Segmento BOVESPA da B3.

34.6. Contratação de Operação de Capital de Giro

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 05 de fevereiro de 2018, autorizou a Celesc D a contratar a operação de crédito junto ao Banco do Brasil, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, no valor de até R\$150,0 milhões com prazo de até 12 meses, iniciando em fevereiro de 2018.

A amortização da operação se dará no último mês de vigência (*bullet*). A taxa de juros será pré-fixada, em 7,6% a.a., com pagamentos mensais. A comissão do negócio (*fee*) será de 0,65% e a operação se dará com garantia em recebíveis da Companhia, na proporção 1:1 do saldo devedor.